MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior
Avenida Vicente Simões, 1111 – Bairro Nova Pouso Alegre – 37553-465 - Pouso Alegre/MG
Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 053/2018, DE 22 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico de curso (PPC) – Pedagogia, EaD - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelo Decreto de 23 de julho de 2018, DOU nº 141/2018 – seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 22 de agosto de 2018, **RESOLVE:**

Art. 1º- **Aprovar** a alteração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – Pedagogia, EaD - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho. (PPC em anexo)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 22 de agosto de 2018.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Muzambinho – MG
2018

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Rossieli Soares da Silva

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Romero Portella Raposo Filho

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Morais Neto

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Flávio Henrique Calheiros Casimiro

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Giovane José da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Sindynara Ferreira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Renato Aparecido de Souza, Mariana Felicetti Rezende, Luiz Flávio Reis Fernandes, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Fábio Pereira Ribeiro

Representantes do Corpo Docente

Fátima Saionara Leandro Brito, Luciano Pereira Carvalho, Eugênio José Gonçalves, Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, Camila Guedes Codonho, Jane Piton Serra Sanches, Fernando Carlos Scheffer Machado, Fabio Caputo Dalpra

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

Sissi Karoline Bueno da Silva, Otávio Soares Paparidis, Rogério William Fernandes Barroso, Ana Marcelina de Oliveira, Sílvio Boccia Pinto de Oliveira Sá, Eliane Silva Ribeiro, Guilherme Antônio Poscidônio Vieira Camilo

Representantes do Corpo Discente

Luciano de Souza Prado, Cristiano Sakai Mendes, Renan Silvério Alves de Souza, Jhuan Carlos Fernandes de Oliveira, Marciano de Souza Pereira, Guilherme Vilhena Vilasboas, Alysson Bonjorne de Morais Freita

Representantes dos Egressos

Éder Luiz Araújo Silva, Keniara Aparecida Vilas Boas, Jorge Vanderlei Silva, Vinícius Puerta Ramos

Representantes das Entidades Patronais

Jorge Florêncio Ribeiro Neto, Rodrigo Moura

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Idair Ribeiro, Elizabete Missasse de Rezende

Representantes do Setor Público ou Estatais

José Carlos Costa, Rubens Ribeiro Guimarães Júnior

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI
Campus Inconfidentes Luiz Flávio Reis Fernandes
Campus Machado Carlos Henrique Rodrigues Reinato
Campus Muzambinho Renato Aparecido de Souza
Campus Passos João Paulo de Toledo Gomes
Campus Poços de Caldas Thiago Caproni Tavares
Campus Pouso Alegre Mariana Felicetti Rezende
Campus Avançado Carmo de Minas João Olympio de Araújo Neto
Campus Avançado Três Corações Francisco Vítor de Paula

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

DIRETORES GERAIS DOS *campi*

Campus Inconfidentes
Miguel Angel Isaac Toledo Del Pino

Campus Machado
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho
Luiz Carlos Machado Rodrigues

Campus Passos
João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas
Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre
Marcelo Carvalho Bottazzini

Campus Avançado de Carmo de Minas
João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado de Três Corações
Francisco Vitor de Paula

COORDENADORA DO CURSO
Valdirene Pereira Costa

COORDENADORA DE PLATAFORMA E TUTORIA DO CURSO
Cristiane Fortes Gris Baldan

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES - NDE

Campus Muzambinho
Maria Lúcia Queiroz Guimarães Hernandez
Valdirene Pereira Costa

Campus Inconfidentes
Lívia Carolina Vieira
Ivan Paulino Pereira

Campus Machado
Maria Aparecida Cangussu

Campus Poços de Caldas
Luciana Abreu Nascimento

Campus Pouso Alegre
Sueli Machado Pereira de Oliveira

Campus Avançado Carmo de Minas
Giovane José da Silva

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

(CORPO DOCENTE)

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Adriana Correia Almeida Batista	- Graduação em Pedagogia - Mestrado e Doutorado em Educação	Educação
Andrezza Simonini Souza	- Graduação em Letras. - Especialização em Língua Inglesa. - Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.	Letras
Amauri Araújo Antunes	- Graduação em Artes Cênicas; Graduação em Letras; Graduação em Artes; Graduação em Filosofia. - Mestrado em Teoria e História Literária; - Doutorado em Teatro	Artes
Ariana Vieira Silva	- Graduação em Engenharia Agronômica; - Mestrado em Agronomia; - Doutorado em Agronomia	Agronomia
Carlos Renato Soares	Graduação em Matemática (Licenciatura). Pós-graduação Lato Sensu em Educação. Mestrado em Educação Matemática.	Matemática
Cristiane Fortes Gris Baldan	- Graduação em Agronomia - Mestrado em Agronomia - Doutorado em Agronomia - Graduanda em Pedagogia	Educação Agronomia
Daniela Ferreira Cardoso	- Graduação em Ciências Biológicas - Mestrado em Tecnologia Ambiental	Educação Ciências Biológicas
Giovane José da Silva	- Graduação (licenciatura e bacharelado), mestrado e doutorado em História. - Graduação em filosofia.	História
Hugo Baldan Junior	- Graduação em estudos sociais. - Mestrado Meio Ambiente e Recursos Hídricos. - Doutorado em Ciências	Educação Ciências
Ieda Mayumi Sabino Kawashita	- Graduação em Educação física. - Mestrado em Educação.	Educação Educação Física
Ivan Paulino Pereira	- Graduação em Tecnologia Análise e desenvolvimento de Sistema. Licenciatura em computação. - Especialização em Engenharia de Software Com Ênfase em Software Livre	Tecnologia
Karla Aparecida Zucoloto	-Graduação em Pedagogia. - Mestrado e Doutorado em Educação.	Educação
Januária Andrea Souza Rezende	Graduação em Educação Física. Mestre em Educação Física. Especialização em Educação Motora na Escola.	Educação Física
Larissa Sales Martins	Graduação em Enfermagem. Pós graduação em Gestão da saúde. Mestre em Saúde Pública.	Enfermagem

Lívia Carolina Vieira	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Educação História
Lorena Temponi Boechat Reis	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação, administração e comunicação. Doutorado em engenharia agrícola	Educação
Luciana de Abreu Nascimento	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência Doutorado em Educação	Educação
Marcos Roberto Cândido	Graduação em História. Mestrado em linguística	História
Marcus Fernandes Marcusso	Graduação em História. Mestrado e Doutorado em educação	História
Maria Aparecida Cangussu	- Graduação em Pedagogia. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Mestrado e Doutorado em Educação.	Educação
Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Graduação em Pedagogia. Mestrado e doutorado em educação.	Educação
Renato Brasil Mazzeu	Graduação em ciências sociais. Mestrado em sociologia	Sociologia
Renê Lepiani Dias	Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia	Geografia
Ricardo Aparecido Avelino	- Graduação, Especialização e mestrado em Educação Física.	Educação Física
Sueli Machado Pereira de Oliveira	Graduação em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em educação, conhecimento e inclusão social	Educação
Valéria de Rezende Pereira	- Graduação em Letras - Especialização em Metodologia do Ensino de Português - Mestrado em Linguística	Letras
Valdirene Pereira Costa	- Graduação em Pedagogia. - Especialização em Psicopedagogia. - Mestrado em Educação. - Doutoranda em Educação.	Educação

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....8
1. DADOS DA INSTITUIÇÃO.....11
1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria.....11
1.2 Entidade Mantenedora.....11
1.3. IFSULDEMINAS – Polo: Campus Muzambinho – Campus Proponente.....11
2. DADOS GERAIS DO CURSO.....12
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS.....13
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE.....14
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO.....17
6. JUSTIFICATIVA.....20
7. OBJETIVOS DO CURSO.....21
7.1. Objetivo Geral.....21
7.2. Objetivos Específicos.....21
8. FORMA(S) DE INGRESSO.....22
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....23
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....25
10.1. Matriz.....25
10.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....26
10.3 Descrição do Curso.....28
11. EMENTÁRIO.....31
12. BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL.....74
13. METODOLOGIA.....75
13.1. Tecnologias da informação e comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem.....76
13.2. Mecanismos de interação e tutoria.....79
13.3 Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor.....80
13.4 O Coordenador de Plataforma e Tutoria.....82
13.5 Professor Assistente.....83
13.6 O Design Instrucional.....84
13.7 Os encontros presenciais obrigatórios.....84
14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....84

15. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)/ ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....88
16 PRÁTICAS ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR – PCC's.....89
17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....91
17.1 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação.....92
17.2 Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial.....93
17.3 Avaliação da Aprendizagem pelo AVA.....93
18. TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....94
18.1 Terminalidade Específica.....94
18.2 Flexibilização Curricular.....95
18.3 Avaliação Inclusiva.....96
19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO..98
20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC.....100
21. APOIO AO EDUCANDO.....101
22. MATERIAL DIDÁTICO.....106
23. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....107
23.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE.....107
23.2. Colegiado de Curso.....108
23.3. Atuação do(a) Coordenador(a).....109
24. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS. 110
25. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE).....110
25.1 Setor Pedagógico.....110
25.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho....111
25.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho. 111
25.3 Biblioteca Monteiro Lobato.....112
25.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia.....113
25.4.1 Laboratório Específico: Brinquedoteca.....113
25.4.2 Laboratório Específico: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Programa LIFE da CAPES.....115
26. CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....115

27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....116

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**
CNPJ	**10.648.539/0001-05**
Nome do Dirigente	**Marcelo Bregagnoli**
Endereço do Instituto	**Av. Vicente Simões, 1.111**
Bairro	**Nova Pouso Alegre**
Cidade	**Pouso Alegre**
UF	**Minas Gerais**
CEP	**37553-465**
DDD/Telefone	**(35) 3449-6150**
E-mail	

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica– SETEC**
CNPJ	**00.394.445/0532-13**
Nome do Dirigente	**Eline Neves Braga Nascimento**
Endereço da Entidade Mantenedora	**Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4ºandar – Ed. Sede**
Bairro	**Asa Norte**
Cidade	**Brasília**
UF	**Distrito Federal**
CEP	**70047-902**
DDD/Telefone	**(61) 2022-8597**
E-mail	

1.3. IFSULDEMINAS – Polo: Campus Muzambinho – Campus Proponente

Campus Ofertante				**CNPJ**
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho				10.648.538/0002-96
Nome do Dirigente Luiz Carlos Machado Rodrigues				
Endereço do Instituto Estrada de Muzambinho, km 35, Cx Postal 02			**Bairro** Morro Preto	
Cidade	**UF**	**CEP**	**DDD/Telefone/Fax**	**Endereço Eletrônico**

Muzambinho	**MG**	37890000	35 3571 5053	www.muz.ifsuldeminas.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Pedagogia

Modalidade: Licenciatura - A distância – EaD.

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho (Campus Proponente). Polos de Apoio Presencial - *campi*: Inconfidentes, Machado e Muzambinho

Ano de Implantação: 2017

Habilitação: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Gestão da Unidade Escolar

Número de Vagas Oferecidas: 300 vagas

Requisitos de Acesso: Estudante com Ensino Médio completo ou equivalente e aprovação em exame de processo seletivo ou atender as normas institucionais para transferência interna e externa.

Forma de ingresso: Processos seletivos – Vestibular

Duração do Curso: Quatro (4) anos

Tempo Máximo para Integralização do Curso: 8 anos. A integralização corresponde ao dobro do tempo do curso.

Periodicidade de oferta: Anual

Estágio Supervisionado: 400 horas.

Carga Horária total: 3.200 h

Ato Autorizativo: Resolução CONSUP nº 07/2017

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

A instituição se organiza como autarquia educacional multicampi, com proposta orçamentária anual para cada campus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica.

Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma: Campus de Inconfidentes; Campus de Machado; Campus de Muzambinho; Campus de Passos; Campus de Poços de Caldas; Campus de Pouso Alegre; Campus avançado de Carmo de Minas; Campus avançado de Três Corações; Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura multicampi começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em campus Inconfidentes, campus Machado e campus Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria situa-se, desde então, em Pouso Alegre.

Em 2009, estes três campi iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos campus Passos, campus Poços de Caldas e campus Pouso Alegre.

Em 2013, foram criados os campus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os campus avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos campi prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influência a prestação educacional concreta no dia a dia dos campi.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas.

A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução

orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho (IFSULDEMINAS. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018).

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE

A cidade de Muzambinho está localizada em Minas Gerais, Estado com 586.528 km² e dividido em 853 municípios, sendo caracterizado pela regionalização e diversidade de sua economia e recursos naturais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, o município de Muzambinho apresenta uma população estimada de 21.017 habitantes, e área territorial de 409,948 km² (IBGE, 2010). Sua economia fundamenta-se, primeiramente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária e, por último, no setor de indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresentam o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário.

No município de Muzambinho também se localiza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho – que está situado na Estrada de Muzambinho – km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município. Está inserido em uma região eminentemente agropastoril. Entre os principais produtos que movimentam a economia local, assim como verificado em todo o sul de Minas Gerais, encontra-se a cultura do café. Neste sentido, a missão do IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, nos seus 67 anos de ensino agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, é hoje uma Instituição orientada pela SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - e vinculado ao MEC – Ministério da Educação - e sua origem é de 31 de dezembro de 1948, quando a comunidade muzambinhense entregou à União a gleba de terra necessária para a instalação de uma instituição de educação voltada para a agropecuária, obedecendo ao acordo firmado entre as partes em 22 de outubro de 1948.

Durante sua existência, o IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, esteve permanentemente ligado ao ensino agrícola. De forma ininterrupta,

desempenhou sua função de formação de profissionais ligados à agropecuária, numa prática educativa que sempre privilegiou a cidadania crítica, obtendo grande sucesso. Ao longo dos anos da história da referida instituição, esta recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho; então, por meio do Decreto nº 83.935/1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG.

A transformação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – campus Muzambinho, foi uma conquista que ressaltou a importância de sua área de atuação e, que durante toda sua existência, procurou o aprimoramento da qualidade do ensino ofertado, assim como a ampliação de sua função social.

Uma das missões do IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, corresponde à capacitação, promoção e apoio aos agricultores familiares, às associações comunitárias rurais, cooperativas e associações de produtores, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, a instituição visa promover uma educação de excelência por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias e, ainda, proporcionando o desenvolvimento da região sul mineira. Simultaneamente, objetiva-se a formação dos seus ingressos, a proposição de alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico, a fixação do homem ao campo como agente difusor das tecnologias de convivência e recuperador dos fatores ambientais essenciais a sua sobrevivência.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho oferta cursos em nível técnico e superior, os quais podem ser desenvolvidos em modalidades presenciais ou à distância. Atualmente, os cursos oferecidos são:

- Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.
- Técnico Subsequente em Administração; em Agropecuária; em Contabilidade; em Enfermagem; em Informática; em Segurança do Trabalho; em Meio Ambiente.

- Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.
- PROEJA - Ensino Médio e Técnico em Edificações
- Graduação, com titulação de Bacharel, em Engenharia Agronômica; em Ciência da Computação; em Medicina Veterinária.
- Graduação, com titulação de Licenciado, em Ciências Biológicas.
- Graduação, com titulação de Bacharel e ou Licenciado, em Educação Física.
- Tecnologia em Cafeicultura
- Pós-graduação em Gestão Pública
- Educação à Distância em Técnico em Alimentos; Técnico em Análises Clínicas; Técnico em Cafeicultura; Técnico em Informática; Técnico em Logística; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Vigilância em Saúde; Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho, teve declarada a sua regularidade de oferta de cursos pela Portaria nº 072/1980, da Secretaria de Ensino, vinculada ao MEC. Foi transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731/1993, o que proporcionou maior agilidade na gestão de recursos e racionalização dos gastos, resultando em significativas melhorias nas estruturas física e pedagógica da Instituição.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa: transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e, também, a condição de Muzambinho frente a este contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho, assim como às demandas da sociedade em geral. É justamente nessa perspectiva que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS campus Muzambinho.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia teve as atividades autorizadas pela Resolução CONSUP nº 041 de 08 de agosto de 2011, que dispõe sobre a aprovação "*ad referendum"* da criação do Curso Superior de Pedagogia junto aos campi do IFSULDEMINAS. A criação de um curso de licenciatura decorreu da elevada demanda pela formação de educadores no Brasil, com caráter crítico, e que auxiliassem na construção de uma sociedade igualitária e justa.

Especificamente, o curso de Pedagogia surge da preocupação do IFSULDEMINAS com a qualidade da formação do docente que é um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma escola de boa qualidade. Mas essa qualidade não pode ser apenas relacionada ao conteúdo do ensino. A formação dos docentes deve proporcionar-lhes, além do conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, os recursos necessários para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico que ofereça às crianças as condições necessárias para que elas possam construir um mundo orientado pela solidariedade e respeito às diferenças.

O crescimento do número de crianças que, por vários motivos, são atendidas em creches e pré-escolas, vem exigindo que o IFSULDEMINAS também se comprometa com a formação de educadores para a educação infantil (0 a 5 anos). Essa necessidade é ainda maior quando se constata que esse atendimento é feito pelas Prefeituras que, em muitos casos, não contam com profissionais formados para atender as crianças, especialmente aquelas que por sua condição social mais necessitam de apoio. O atendimento proporcionado na educação infantil deve ir além do pedagógico por si só, ele deve ampliar-se num trabalho especial do educador que deve ser responsável pelo *educar e cuidar*. Essas duas palavras desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã.

A concretização dessa proposta exige um grande esforço de todas as instituições responsáveis pela formação de docentes. Nesse contexto, a Reitoria do IFSULDEMINAS tomou a iniciativa de acolher e dar tramitação a uma proposta de curso de nível superior para formação de docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ligados às redes públicas (estadual e municipal) e privada. O pressuposto para tal

iniciativa funda-se na especificidade da clientela, que será objeto de formação em exercício. Para o seu desenvolvimento serão mobilizados docentes do IFSULDEMINAS. O curso está organizado em oito períodos com disciplinas que abrangem as grandes áreas de formação. Tem a duração mínima de 3.200 horas.

5.1 Características dos educandos graduados em Pedagogia

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1/2006, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre educandos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Portanto, os educandos graduados em Pedagogia estão aptos a exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I -

planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

O conjunto de valores e procedimentos presente nos licenciados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014 – 2018) e viabiliza tanto o incremento institucional como a geração e fortalecimento de uma sociedade justa e equilibrada.

O licenciado em Pedagogia tem a profissão regulamentada pela base legal: 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); 2) Parecer CNE/CP nº 1/2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia; 3) Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada.

6. JUSTIFICATIVA

A utilização de recursos tecnológicos na ação pedagógica implica a fixação de balizas para identificar a iniciativa do IFSULDEMINAS. São elas as seguintes:

- O uso de computadores interligados no ambiente universitário é hoje ferramenta diária de trabalho. Esse meio permite não só a difusão como também a otimização e geração do saber científico. Bastam alguns exemplos para confirmar essa assertiva, como das bibliotecas virtuais, do projeto Genoma.
- Em diversas regiões do país, programas de formação que utilizam intensamente recursos tecnológicos de comunicação vêm sendo desenvolvidos. O IFSULDEMINAS pretende inserir-se nesse campo com uma proposta inovadora, que visa aplicar diversas possibilidades de interação para formação de educadores.
- Esse programa é, portanto, orientado por dois fundamentos: oferecer novas possibilidades de organização para programas de formação de docentes

e explorar os recursos tecnológicos de comunicação e informação reconhecendo as possibilidades existentes para ações educacionais.

- Diferentes perspectivas norteiam este programa e podem ser sumariadas em três ideias mestras:
- Formação de um professor reflexivo;
- Desenvolvimento de saberes relacionados a ação docente;
- Assegurar uma articulação entre formação inicial e continuada. Essas perspectivas traduzem um compromisso com uma formação baseada na reflexão permanente e conhecimento construído, também, a partir da prática.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivo Geral

Oferecer formação em nível superior por meio da Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância (EaD), para o público que queira se habilitar ao exercício do magistério da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino Fundamental, bem como das funções previstas no art. 64 da LDB.

7.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver processos pedagógicos que visem à elaboração de conhecimentos teóricos e competências relativas à docência, otimizando a reflexão, a prática pedagógica e a autonomia intelectual.
- Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção.
- Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas.
- Contribuir para a interação entre os diversos níveis e modalidades de ensino, especialmente entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.
- Formar o gestor para a Unidade escolar.

8. FORMA(S) DE INGRESSO

As formas de acesso ao curso foram elaboradas com base na Resolução CONSUP n.º 069/2017, de 14 de novembro de 2017, que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014 – 2018), os requisitos mínimos para ingresso no curso superior de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD – do IFSULDEMINAS, são: ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e ter sido aprovado em exame de processo seletivo ou atender às normas institucionais para transferência interna, externa e *ex officio*.

O acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD - ocorre mediante processo seletivo, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente, e presente em edital próprio, sendo realizada entradas anuais. Em cada processo seletivo são ofertadas 300 (trezentas) vagas. No IFSULDEMINAS, a forma de acesso ao curso superior ocorre a partir de processos seletivos por meio da modalidade:

- Vestibular: na forma de prova escrita, com instruções e orientações estabelecidas em edital específico.

Conforme PDI 2014 - 2018, os educandos ingressam no IFSULDEMINAS por meio de processos seletivos promovidos de acordo com a Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e ao Decreto n.º 7.824/2012, que regulamenta a citada lei; o IFSULDEMINAS, do total de vagas ofertadas, reserva vagas às ações afirmativas e de inclusão social pelo sistema de cotas. O referido decreto determina que os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas.

Outra forma de acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade EaD, é a partir de transferências interna, externa e *ex officio*, com regulamentações específicas, conforme normas acadêmicas do IFSULDEMINAS. As transferências internas e externas estão condicionadas pela disponibilidade de vagas no curso pretendido, compatibilidade curricular e aprovação em teste de conhecimentos. A transferência *ex officio* está

condicionada à compatibilidade curricular e à comprovação de que o interessado ou o familiar do qual o interessado depende teve o local de trabalho alterado por remoção ou transferência, conforme a Lei nº 9.536/1997.

Finalmente, após aprovação e ingresso, seja por meio do processo seletivo ou via transferência, a matrícula e rematrícula do educando ocorrerá conforme normas acadêmicas do IFSULDEMINAS. Os períodos de matrícula e rematrícula serão definidos em Calendário Escolar.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Considerando-se as necessidades educacionais decorrentes do estágio atual do desenvolvimento social do País, e a formação profissional exigida para o exercício das atividades referentes à docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e à gestão escolar, espera-se que o profissional formado possa:

- Desenvolver o domínio do processo de ensino-aprendizagem em suas múltiplas dimensões interdisciplinares.
- Desenvolver competências para conceber, executar e avaliar projetos educacionais/pedagógicos (coletivos e interativos), articulando teoria e prática.
- Desenvolver senso crítico e participativo no âmbito educacional e social.
- Desenvolver competências para a avaliação do curso e de programas de ensino e/ou atividades nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1. Matriz

DISCIPLINAS – 1º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Educação Aberta e a Distância	FG	45
Leitura e Produção de Texto	FG	75
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	FG	60
Filosofia da Educação	FG	75
Prática como Componente Curricular I	AD	75
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

DISCIPLINAS – 2º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Sociologia da Educação	FG	75
História da Educação I	FG	60
Fundamentos de Currículo No Ensino Fundamental	AD	75
Tecnologia Educacional	FG	60
Prática como Componente Curricular II	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

DISCIPLINAS – 3º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	FG	75
Educação, Corpo e Movimento	FG	45
História da Educação II	FG	30
Didática do Ensino	AD	75
Metodologia do Ensino da Matemática I	AD	75
Prática como Componente Curricular III	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 360 horas		

DISCIPLINAS – 4º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Metodologia do Ensino de Artes	AD	45
Metodologia do Ensino da Matemática II	AD	75
Metodologia do Ensino de Ciências	AD	60
Educação Ambiental	FG	45
Saúde da Criança	FG	45
Prática como Componente Curricular IV	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		

DISCIPLINAS – 5º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Fundamentos de Currículo na Educação Infantil	AD	75
Ludicidade na Escola	FG	45
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	AD	75
Metodologia do Ensino da Educação Física	AD	45
Prática como Componente Curricular V	AD	75
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 315 horas		

DISCIPLINAS – 6º PERÍODO	NÚCLEO	CH
Alfabetização e Letramento I	AD	75
Metodologia do Ensino da Geografia	AD	60
Metodologia da Educação Infantil	AD	75
Métodos de Pesquisa em Educação	FG	50

Prática como Componente Curricular VI	AD	70
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 330 horas		
DISCIPLINAS – 7º PERÍODO	**NÚCLEO**	**CH**
Alfabetização e Letramento II	AD	75
Metodologia do Ensino de História	AD	60
Diversidade e Educação	FG	60
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I	FG	60
Política e Organização da Educação Básica	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 315 horas		

DISCIPLINAS – 8º PERÍODO	**NÚCLEO**	**CH**
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	FG	45
Fundamentos da Educação Especial	FG	60
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	FG	60
Educação de Jovens e Adultos	FG	45
Gestão Escolar	AD	45
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II	FG	35
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 290 horas		

ATIVIDADE ACADÊMICO CIENTÍFICO CULTURAL	**NÚCLEO**	**CH**
AACC	EI	200

LEGENDA NÚCLEOS:

Núcleo de estudos de **formação geral** = FG

Núcleo de **aprofundamento e diversificação** de estudos das área de atuação profissional = AD

Núcleo de **estudos integradores** para enriquecimento curricular = EI

RESUMO DAS ATIVIDADES DO CURSO	**CARGA HORÁRIA**
ATIVIDADES FORMATIVAS	2200
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR - PCC	400
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	200
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	**3200 horas**

10.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação

DISCIPLINAS POR SEMESTRE							
1° 330h	**2° 330h**	**3° 360h**	**4° 330h**	**5° 315h**	**6° 330h**	**7° 315h**	**8° 290h**
Educação Aberta e a Distância (45h)	Sociologia da Educação (75h)	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (75h)	Metodologia do Ensino de Artes (45h)	Fundamentos de Currículo na Educação Infantil (75h)	Alfabetização e Letramento I (75h)	Alfabetização e Letramento II (75h)	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação (45h)
Leitura e Produção de Texto (75h)	História da Educação I (60h)	Educação, Corpo e Movimento (45h)	Metodologia do Ensino da Matemática II (75h)	Ludicidade na Escola (45h)	Metodologia do Ensino da Geografia (60h)	Metodologia do Ensino de História (60h)	Fundamentos da Educação Especial (60h)
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (60h)	Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental (75h)	História da Educação II (30h)	Metodologia do Ensino de Ciências (60h)	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (75h)	Metodologia da Educação Infantil (75h)	Diversidade e Educação (60h)	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (60h)
Filosofia da Educação (75h)	Tecnologia Educacional (60h)	Didática do Ensino (75h)	Educação Ambiental (45h)	Metodologia do Ensino da Educação Física (45h)	Métodos de Pesquisa em Educação (50h)	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I (60h)	Educação de Jovens e Adultos (45h)
Prática como Componente Curricular I (75h)	Prática como Componente Curricular II (60h)	Metodologia do Ensino da Matemática I (75h)	Saúde da Criança (45h)	Prática como Componente Curricular V (75h)	Prática como Componente Curricular VI (70h)	Política e Organização da Educação Básica (60h)	Gestão Escolar (45h)
		Prática como Componente Curricular III (60h)	Prática como Componente Curricular IV (60h)				Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II (35h)
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC: (200h)							

Legenda:	Núcleo de estudos de **FORMAÇÃO GERAL** (FG)	
	Núcleo de **APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO** de estudos das áreas de atuação profissional (AD)	
	Núcleo de **ESTUDOS INTEGRADORES** para enriquecimento curricular (EI)	

10.3 Descrição do Curso

O curso de licenciatura em Pedagogia ofertado pelo IFSULDEMINAS, apresenta carga horária total de 3.200 (três mil e duzentas) horas, sendo 2.200 (duas mil e duzentas) horas ligadas às atividades formativas, 400 (quatrocentas) horas decorrentes de Práticas como Componentes Curriculares, 400 (quatrocentas) horas decorrentes do Estágio Supervisionado, 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais para aperfeiçoamento.

A formação de licenciados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS contempla uma abordagem transversal entre as disciplinas e projetos, em conformidade com a legislação vigente, salientando-se:

- Política de atendimento a portadores de necessidades especiais

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho conta com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais no espaço educacional da IES. Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

A equipe do NAPNE é composta por representantes do corpo técnico-administrativo, docentes, educandos e representantes das famílias assistidas. O NAPNE tem como objetivo incluir todos os educandos e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Situações envolvendo gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de atuações assistidas pelo NAPNE.

- Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004, as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Indígena, serão trabalhadas em conteúdos abordados nas disciplinas *Sociologia da Educação* e *Diversidade e Educação*, as quais abordam conteúdos atrelados à riqueza cultural e, também, de comportamentos e hábitos observados na sociedade brasileira, preparando os licenciados em Pedagogia para o convívio harmônico em uma sociedade multifacetada e, deste modo, habilitando-os para as práticas profissionais e cidadãs.

- LIBRAS

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a oferta da disciplina LIBRAS é obrigatória em todos os cursos. Neste caso, a disciplina será ofertada no 8º período do curso, sendo obrigatória a todos os licenciados em Pedagogia do IFSULDEMINAS.

- Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CNE/CP nº 2/2012, os cursos devem prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. Neste caso, a disciplina que engloba tal conteúdo é ofertada no 4º período.

- Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução nº 01/2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Nesse caso, o conjunto de conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação atendem a essa demanda específica.

O maior conhecimento e vivência sobre as atividades e práticas ligadas à licenciatura também serão contemplados em conteúdos trabalhados e debatidos por diversas disciplinas ao longo do curso, a se destacar: Didática do Ensino; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; Tecnologia Educacional; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Ambiental; Gestão Escolar; Educação Especial; LIBRAS; Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação; Sociologia da Educação.

Finalmente, os educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade EaD do IFSULDEMINAS, ao longo do desenvolvimento acadêmico,

realizarão obrigatoriamente 400 (quatrocentas) horas de Práticas enquanto Componentes Curriculares (PCC's). Isso proporcionará, aos futuros licenciados, atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência junto à Educação Básica – educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

Deste modo, caberá aos educandos de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material(is)-técnico, científico, didático e pedagógico –relacionado aos conteúdos de Pedagogia. Objetiva-se, então, o rompimento das ideias que segregam, ao longo do desenvolvimento acadêmico do educando, as disciplinas específicas de conteúdos voltadas para área pedagógica, o que não raramente repercute na redução da interdisciplinaridade, com consequências negativas para o perfil do futuro docente.

11. EMENTÁRIO

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação Aberta e a Distância – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: O estudante da EaD: seu papel e sua organização para o estudo. Concepções e políticas de EaD em diferentes contextos históricos. Processo de ensino e aprendizagem em EaD: componentes e papeis. Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. Particularidades do AVA utilizado pelo IFSULDEMINAS. Questões legais em EaD.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CAMPOS, F.C.A.; SANTORO, F.M. et al. **Cooperação e aprendizagem online**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. GOEDERT, L., SILVA, M.C.R.F., MACIEL, V. de A. **Fundamentos da Educação a Distância**. Caderno Pedagógico. UDESC: Florianópolis, 2010. GUTIÉRREZ, F.; PIETRO, D. **A Mediação Pedagógica:** Educação a Distância Alternativa. Campinas, Papirus, 1994. **COMPLEMENTAR** BELLONI, M.L. **Educação a Distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância**: uma visão integrada. São Paulo: THOMSON, 2007. PALLOF, R.M.; PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço**: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002. PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo/ RS: Editora UNISINOS, 2001. _____. **A educação a distância em transição:** tendências e desafios. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Leitura e Produção de Texto – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Língua Portuguesa: gramática, literatura, produção e análise de textos orais e escritos, verbais e não-verbais. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4.ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2007. GARCIA, O.M. (Othon Moacyr). **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007. **COMPLEMENTAR** BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006. MAIA, J. D. **Gramática**: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2000. SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 12. ed. São Paulo, 1994. SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. VANOYE, F.; OSAKABÉ, H.. **Usos da linguagem**: problemas e técnicas na producao oral e escrita. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: O texto acadêmico e o processo de construção do conhecimento. O método científico. A divulgação científica e o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da leitura e produção de gêneros textuais acadêmicos: Fichamento, Resumo, Resenha, Relatórios. Leitura de demais gêneros textuais acadêmicos: Projeto e Artigo. Técnicas de paráfrase e objetividade no discurso. Revisão da norma padrão culta da língua portuguesa. Padrões Normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Espaço de introdução do educando às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional: biblioteca e meios informatizados. Debates dirigidos sobre questões relacionadas a plágio e direitos autorais.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** MEDEIROS, J.B.. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009. SECAF, V.. **Artigo científico:** do desafio à conquista: enfoque em tese e outros trabalhos acadêmicos. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Atheneu, 2010. SILVA, E.T.da. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011. **COMPLEMENTAR** BLIKSTEIN, I.. **Técnicas de comunicação escrita.** 22. ed. São Paulo: Ática, 2012. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M.. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARTINS, D.S.; ZILBERKNOP, L.S.. **Português instrumental:** de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, A.J.. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007. VOLPATO, G.L.. **Ciência:** da filosofia à publicação. 5. ed. amp., reest., rev. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

1º Período – Disciplina Obrigatória	
Disciplina: Filosofia da Educação – **Carga Horária**: 75 horas	
Ementa: Fundamentos filosóficos da educação. O processo educativo e a imagem do homem. A reflexão filosófica e o pensamento pedagógico.	
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ARANHA, M.L.A. de. **Filosofia da educação**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000 LUCKESI, C.C. **Introdução a filosofia**: aprendendo a pensar. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. **COMPLEMENTAR** ARANHA, M.L.A. **História da Educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. MESZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Bointempo, 2008. SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
1º Período – Disciplina Obrigatória	
Disciplina: Práticas enquanto Componentes Curriculares – PCC I **Carga Horária**: 75 horas	
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/MEC). Planejamento da prática docente.	
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de	

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018.
FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.

COMPLEMENTAR

CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. **Prática de ensino**: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011.
FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
_____. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Sociologia da Educação – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Introdução aos conceitos básicos da sociologia e às diferentes escolas sociológicas. A sociologia como ciência. As relações entre a educação e a sociedade e entre a educação e a sociologia. Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das Ciências Sociais: Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BOURDIEU, P.. **Escritos de Educação**. Petrópolis/R.J.: Vozes, 2012. CARVALHO, A.B.de (org.). **Sociologia e educação**. São Paulo: AVERCAMP, 2006. DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Portugal: Edições 70, 2011. **COMPLEMENTAR** COSTA, C.. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005. FORACCHI, M.; MARTINS, J.S. (orgs.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GIDDENS, A. **Sociologia**. São Paulo: ARTMED, 2001. GUIMARAES NETO, E.. **Educar pela sociologia:** contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: História da Educação I – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Este componente curricular empreenderá a reconstrução da história da educação e da pedagogia como prática social, analisando os fundamentos da educação em geral. Para tanto, levará em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, ideias e práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999. MANACORDA, M.A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. MÉSZÁROS, I.. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. **COMPLEMENTAR** ARANHA, M.L.A. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo, Ed. Moderna, 2006. GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. LOMBARDI, J.C. (Org). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2009. PILETTI, C.; PILETTI, N.. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2011. SAVIANI, D. (Org.); LOMBARDI, J.C. (Org.); SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Fundamentos histórico, cultural, epistemológico social e ideológico das concepções de currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Componentes curriculares. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** APPLE, M.W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GARCIA, R.L.; MOREIRA, A.F.B. **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003. GARCIA, R.L.; PACHECO, J.A.; MOREIRA, A.F.B. **Currículo**: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 **COMPLEMENTAR** ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família.** 2. ed. Rio de janeiro: Zahar, 1981. BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1999. ESTEBAN, M.T. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. GARCIA, R.L.; MOREIRA, A.F.B.; ALVES, M.P.C. **Currículo, cotidiano e tecnologias**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2006. SILVA, T.T. da; MOREIRA, A.F.B. **Currículo, cultura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Tecnologia Educacional – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: As tecnologias educacionais. Informática e educação. O computador como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem e ferramenta para confecção de material didático. O uso dos recursos audiovisuais na Educação. Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. O uso de Softwares educativos e Softwares Livres como ferramenta de apoio ao docente. Educação a distância.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** FREIRE, W. (Org). **Tecnologia e educação:** as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008. KENSKI, V.M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2010. LEITE, L.S. (Coord.). **Tecnologia educacional:** descubra suas possibilidades na sala de aula. [8. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2003. **COMPLEMENTAR** ALMEIDA, F.J.de. **Educação e informática:** os computadores na escola .5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. COX, K.K.. **Informática na educação escolar.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 1 SANCHO, J.M. **Tecnologias para transformar a educação.** Porto Alegre: Bookman, 2014. TAJRA, S.F.. **Informática na educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008. VELOSO, R.. **Tecnologia da Informação e Comunicação**. São Paulo, Saraiva: 2008.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Práticas enquanto Componentes Curriculares – PCC II. **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/MEC). Práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Infantil.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. **COMPLEMENTAR** CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. **Prática de ensino**: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. _____. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: O objeto de estudo da psicologia. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. As abordagens do desenvolvimento humano: inatista-maturacionista, comportamentalista, interacionista (Piaget) e histórico-cultural (Vygotsky). O papel do professor que emerge mediante as abordagens estudadas. A concepção de educando que emerge mediante as abordagens estudadas. Temas contemporâneos: bullying, a síndrome de Burnout, drogas, família e escola, adolescência.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BIAGGIO, A.M.B. **Psicologia do desenvolvimento.** 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. FONTANA, R.A.C.; CRUZ, M.N. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1999. GOULART, I.B. **Psicologia da educação:** fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. **COMPLEMENTAR** CARVALHO, A.M.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. **Desenvolvimento e aprendizagem.** Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proex, 2006 PIAGET, J. **Experiências básicas para utilização pelo professor**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. PIAGET, J. **A psicologia da criança.** 19.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003. SANTOS, M.S.; XAVIER, A.S.; NUNES, A.I.B. **Psicologia do desenvolvimento:** temas e teorias contemporâneas. Brasília: Liber Livro, 2009. VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação, Corpo e Movimento – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Dimensões do movimento e da corporeidade da criança. Ludicidade, jogos e brincadeiras como estratégia na aquisição do movimento. Cultura corporal, expressão e ritmo. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** FONSECA, V. **Psicomotricidade**: perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004. GALLARDO, J.S.P. **Educação física escolar**: do berçário ao Ensino Médio. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. VENÂNCIO, S.; FREIRE, J.B. (Orgs.). **O Jogo Dentro e Fora da Escola**. Campinas: Autores Associados, 2005. **COMPLEMENTAR** RANGEL, I.C.A. **Educação Física na Infância**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da Educação Física. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2009. PINTO, J.R. **Corpo, movimento e educação**: o desafio da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Sprint, 1997. DANTAS, E. **Pensando o corpo e o movimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005. SANCHEZ, P.A. **A psicomotricidade na educação infantil**: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Didática do Ensino – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Educação e Sociedade. Educação Escolar. Concepções de educação: tradicional, escolanovista, tecnicista e progressista. Noções de Currículo. Plano de Curso, de unidade e de aula. Avaliação. Interdisciplinaridade. Relação professor-educando.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** FAZENDA, I. **Didática e interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2011. LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 1994. LUCKESI, C.. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011. **COMPLEMENTAR** SILVA, T.T.da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999 HAYDT, R.C.C. **Curso de didática Geral.** 8.ed. São Paulo: Ática, 2010 PILETTI,C..**Didática Geral**. 24.ed., São Paulo: Ática, 2010. ZABALA, A.. **A Prática Educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. CANDAU, V.M. **A didática em questão**. 32.ed., Campinas: Papirus, 2011.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: História da Educação II – **Carga Horária**: 30 horas
Ementa: Através da evolução da Educação Brasileira em suas fases históricas, este componente curricular, discute os principais ideários educacionais, destacando alguns educadores brasileiros.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003. ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SAVIANI, D.. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007 **COMPLEMENTAR** BEISIEGEL, C.de R.. **Paulo Freire**. Recife: Massangana, 2010. BUFFA, E.; ARROYO, M.G.; NOSELLA, P.. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 14.ed. São Paulo: Cortez, 2010. NOSELLA, P.. **Qual compromisso político?:** ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2002. SAVIANI, D. (Org.); LOMBARDI, J.C. (Org.); SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática I – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Conceito de número (aspectos qualitativos e quantitativos). O Sistema de Numeração Decimal. Operações fundamentais: Adição, subtração e diferentes tipos de problemas envolvendo suas propriedades. A resolução de problemas como perspectiva metodológica. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. ALVES, E.M.S. **A ludicidade e o ensino de matemática**: uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012. GERALDO, A.C.H. **Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2009. **COMPLEMENTAR** KAMII, C. **A criança e o número**. 31.ed. Campinas: Papirus, 2003. POLYA, G. **A arte de resolver problemas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1995. SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. Coleção Matemática: Figuras e formas. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2003. _____. **Jogos matemáticos de 1º a 5º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2006. _____. **Coleção matemática**: Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Práticas enquanto Componentes Curriculares – PCC III **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Os anos iniciais do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/ MEC). Planejamento da prática docente.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. **COMPLEMENTAR** CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. **Prática de ensino**: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. _____. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Artes – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Conteúdos programáticos fundamentais da Arte e diferentes linguagens da expressão artística (dança, música, desenho, teatro, pintura, modelagem) na escola. Estudo de conceitos e princípios básicos. Criatividade. Interdisciplinaridade. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Artes.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais**: Artes. Brasília: MEC/SEF, 2001. FERRAZ, M.H.T.; FUSARI, M.F.R. **Metodologia do ensino de arte**: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009. KISHIMOTO, T.M.. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. **COMPLEMENTAR** BENJAMIM, W. **Reflexões:** a criança, o brinquedo e a educação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002. COX, M. **Desenho da criança**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008 KISHIMOTO, T.M.. **Jogos tradicionais infantis**: o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993. SANTOS, G.R.C.M. **Metodologia do Ensino de Artes**. São Paulo: Intersaberes, 2016.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática II – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Operações fundamentais: multiplicação, divisão e suas propriedades; diferentes tipos de problemas envolvendo o campo multiplicativo: raciocínio combinatório e multiplicação retangular. Frações, números decimais e porcentagem; geometria; grandezas e medidas e tratamento da informação. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos finais do ciclo de alfabetização.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999 ALVES, E.M.S. **A ludicidade e o ensino de matemática**: uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012. GERALDO, A.C.H. **Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2009. **COMPLEMENTAR** KAMII, C. **A criança e o número**. 31.ed. Campinas: Papirus, 2003. PARRA, C. **Didática da Matemática**. Porto Alegre: Artmed, 1996. SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.; CANDIDO, P. Coleção Matemática: Figuras e formas. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2003. _____. **Jogos matemáticos de 1º a 5º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2006. _____. **Coleção matemática**: Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: O Ensino Ciências: abordagens teóricas e pesquisas da área. Papel do ensino de ciências e inter-relações com os demais componentes curriculares. Referências nacionais para a construção do currículo e para ensino de ciências naturais na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologia do ensino de ciências: planejamento, desenvolvimento e avaliação.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ARCE, A.; SILVA, D.A.S.M. da; VAROTTO, M.. **Ensinando ciências na educação infantil.** Campinas: Alínea, 2011. 133 p. DELIZOICOV, D.; SILVA, A.F.G.da (Colab.). **Ensino de ciências:** fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação - ensino fundamental). TEIXEIRA, P.M. (Org.). **Ensino de ciências:** pesquisas e reflexões. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 144 p. **COMPLEMENTAR** ASTOLFI, J.P; DEVELAY, M.. **Didática das ciências.** 16.ed. Campinas: Papirus, 2011. 123p. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Naturais. Brasília, MEC/SEF, 1997. CARVALHO, A.M.Pde et al. **Ciências no ensino fundamental:** o conhecimento físico. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2010. 199p. (Pensamento e ação no magistério). GERALDO, A.C.H.. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2009. xii, 170p. (Formação de professores). KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M.. **Ensino de ciências e cidadania.** 1.ed. São Paulo: Moderna, 2004. 88 p. (Cotidiano escolar).

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação Ambiental – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Inter-relação entre Educação, Sociedade e Ambiente. Educação para a mudança. A crise socioambiental. Problematizando as concepções de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. O campo da Educação Ambiental. Políticas Públicas em Educação Ambiental. Concepções de Educação Ambiental na produção teórico-prática. A formação da prática docente em Educação Ambiental. O diagnóstico da Educação Ambiental na educação formal.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Editora Letras Contemporâneas, 2004. GAUDIANO, E.G. **Educação Ambiental**. São Paulo: Instituto Piaget, 2005. PENTEADO, H.D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010. **COMPLEMENTAR** BARCELOS, V. **Educação Ambiental e complexidade**. Santa Catarina: EDUNISC, 2008. GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 1995. 107p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). LISBOA, C.P. **Educação ambiental**: **da teoria à prática.** São Paulo: Mediação, 2012. TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume; Vitória, 2004. 236 p. LOUREIRO, C.F.B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004. 176p.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Saúde da Criança – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Saúde da criança de 0 a 10 anos. Conceitos de saúde, nutrição e higiene. Políticas de Atenção à saúde da criança. Programas de saúde, higiene e nutrição na educação infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desnutrição: determinantes, desenvolvimento físico, psíquico e social da criança. Puericultura e imunização. Prevenção de acidentes na infância. Violência doméstica na infância.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n.33) BRASIL. Ministério da Saúde**. Saúde da criança**: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. **COMPLEMENTAR** BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998. v. 1-2. BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. ENGEL, J. **Avaliação em Pediatria**. 3 ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002. NEBIA. M.A.F. **Ensinando a cuidar da criança**. Rio de Janeiro: Difusão Enfermagem, 2003.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Práticas enquanto Componentes Curriculares – PCC IV **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC). Práticas desenvolvidas no âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. **COMPLEMENTAR** CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. **Prática de ensino**: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. _____. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos de Currículo na Educação Infantil – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Análise dos fundamentos e pressupostos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais da Educação Infantil e sua função no sistema escolar. A criança e a sociedade contemporânea. O lugar social da criança na modernidade. Diversidade cultural e práticas infantis. A cultura da infância e a infância na cultura. Diferentes visões de infância: literatura, cinema, televisão, propaganda, museus, artes plásticas. A criança e a indústria cultural. Criança, natureza, mundo social e conhecimento. Os projetos didáticos e as áreas curriculares integradas.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de janeiro: Zahar, 1981. KISHIMOTO, T.M.. **Jogos infantis:** o jogo, a criança e a educação. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. KRAMER, S. et al. (Org.). **Infância e educação infantil**. Campinas: Papirus, 2012. **COMPLEMENTAR** BENJAMIN, W.. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades: 34.ed., 2002. BRASIL, MEC. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. KORCZAK, J.. **Quando eu voltar a ser criança.** São Paulo: Summus, 1981. 155 p. (Novas buscas em educação; 9). KRAMER, S.. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, Z.de (Org.). **A criança e seu desenvolvimento:** perspectivas para se discutir a educação infantil. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Ludicidade na Escola – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Conceito de jogo, brinquedo e brincadeira. Jogo na educação: aspectos histórico e cultural. Jogo simbólico e a ação pedagógica. Ludicidade e prática pedagógica. Brinquedoteca.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ALVES, E.M.S. **A ludicidade e o ensino de matemática**: uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012. KISHIMOTO, T.M.. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. SANTOS, S.M.P. **Brinquedoteca – o lúdico em diferentes contextos**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. **COMPLEMENTAR** BENJAMIM, W. **Reflexões:** a criança, o brinquedo e a educação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002. COX, M. **Desenho da criança**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 FERRAZ, M.H.T.; FUSARI, M.F.R. **Metodologia do ensino de arte**: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009. JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. KISHIMOTO, T.M.. **Jogos tradicionais infantis:** o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: A evolução do currículo de Língua Portuguesa no país. A Linguística e Sociolinguística no ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura em sala de aula. A construção de enunciados (Matriz de Língua Portuguesa-Descritores). Estudo do cruzamento de diferentes linguagens e sua significação. Discussão da leitura, literatura, literatura infantil, televisão, história em quadrinhos, desenho animado, pintura, fotografia. Diferentes gêneros e formas discursivas, instâncias singulares de produção de conhecimento. Estudo da intertextualidade presentes na produção e leitura de textos. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4.ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2007. FARACO, C.E. **Gramática**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2010 FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007. **COMPLEMENTAR** BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed. São Paulo: Ática, 2006. MAIA, J.D. **Gramática:** teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2000. SOARES, M. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 12.ed. São Paulo, 1994. SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. TERRA, E. **Gramática, Literatura e Redação**. São Paulo: Scipione, 1999.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Educação Física – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Educação Física e diferentes linguagens da expressão corporal. Conhecimentos sobre o corpo: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas; atividades expressivas. Dimensões metodológicas do ensino da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade. O lúdico e a importância do brincar. Jogos na formação da criança. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Educação Física.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ARRIBAS, T.L. **A educação física de 3 a 8 anos**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992. DANTAS, E. **Pensando o corpo e o movimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005. **COMPLEMENTAR** BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos**. v.I. 7.ed. São Paulo: Projeto cooperação, 2003. BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos**. v.II. São Paulo: Projeto Cooperação, 2001. CASTELLANI FILHO, L. **Metodologia do ensino de educação física**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2012. DEACOVE, J. **Manual dos jogos cooperativos**. São Paulo: Projeto cooperação, 2002. KISHIMOTO, T.M. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação. 13.ed. São Paulo: Vozes, 2004.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Práticas enquanto Componentes Curriculares – PCC V **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Enfoque na Gestão Escolar. Planejamento Educacional.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: nova LDB (lei n. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualiltymark, 1997. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. **COMPLEMENTAR** CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. **Prática de ensino**: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. LUCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. **Em aberto**, Brasília: Inep, v. 17, n. 72, 2000, p. 11-34. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Alfabetização e Letramento I – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Bases epistemológicas da aprendizagem da leitura e da escrita. Conceitos fundamentais de alfabetização e letramento. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999. SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2013. **COMPLEMENTAR** CAGLIARI, L.C. **Alfabetização & Linguística**. 11.ed. São Paulo: Scipione, 2009. CAGLIARI, G.M.; CAGLIARI, L.C. **Diante das letras:** a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999. FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. KLEIMAN, A.; MORAES, S.E. **Leitura e Interdisciplinaridade:** tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado das Letras, 2001. SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: As noções de espacialidade e temporalidade apreendidas e vivenciadas pelo educando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ressignificando o conhecimento e a percepção do espaço: a construção da identidade, cidadania e sustentabilidade a partir do espaço sensorial-afetivo no cotidiano infantil. Alfabetização cartográfica: construção de conhecimentos, signos e representações no espaço imediato da criança. Os componentes de metodologia do ensino aplicados à prática educativa em Geografia: diretrizes e pressupostos teórico-metodológicos. Intervenções e aplicações pedagógicas na metodologia do ensino geográfico. As novas tendências metodológicas no ensino de Geografia.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** LESANN, J.. **Geografia no ensino fundamental I**: Formação Docente. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm Editora Ltda, 2009. PENTEADO, H.D. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. STRAFORINI, R. **Ensinar geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004. **COMPLEMENTAR** CASTROGIOVANNI, A.C., CALLAI, H.C., KAERCHER, N.A. **Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2009. CARLOS, A.F.A. (org.) et al. **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. MENDES, J.. **Fundamentos e metodologia do ensino de geografia**. Editora Fael, 2010. REGO, N.; MOLI, J.; AIGNER, C.. **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. SHOKO, K.. **Geografia no ensino básico** – questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia da Educação Infantil – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: Aspectos teóricos que orientam a ação docente. Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos. Organização do tempo e do espaço. Utilização das várias linguagens. Adaptação da criança à escola. Planejamento didático em educação infantil: introdução, justificativa, objetivos, conteúdo específicos, etapas previstas, coleta e análise de dados.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** VRIES, R.de; ZAN, B.. **Ética na Educação Infantil**: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998. HORN, M.das G.S. **Sabores, Cores, Sos, Aromas:** a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004. OLIVEIRA, Z.R.. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. **COMPLEMENTAR** ANGOTTI, M.. **O trabalho Docente na Pré-Escola:** revisitando teorias, descortinando práticas. 2.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 2002. _____. **A educação infantil em diálogos**. São Paulo: Alinea, 2012. BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I.. **Aprender e ensinar na Educação Infantil.** Porto alegre: Artmed, 1999. RIZZO, G.. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. ZABALZA, M.. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Métodos de Pesquisa em Educação – **Carga Horária**: 50 horas
Ementa: Classificação das pesquisas e suas abordagens: quantitativa, qualitativa e pesquisa participante. Etapas para produção de projetos e artigos. Início do desenvolvimento do projeto de pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso. Ética em Pesquisa - Comitê de Ética em Pesquisa.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** COSTA, C.B.G. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Org.). **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos, monografias e teses (ABNT).** Muzambinho, 2006. MEDEIROS, J.B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012. SEVERINO, A.J.. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007. **COMPLEMENTAR** BARROS, A.J.S.B.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos da metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2007. BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARCONI, M.A **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios. 7.ed. São Paulo: Ática, 2011. SANTOS, A.R. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Práticas enquanto Componentes Curriculares – PCC VI **Carga Horária**: 70 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Enfoque na Gestão Escolar. Práticas desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: nova LDB (lei n. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualiltymark, 1997. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 15 Jun 2018. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. **COMPLEMENTAR** CHAVES-GAMBOA, M.; TAFFAREL, C.; GAMBOA, S. C. A. **Prática de ensino**: formação profissional e emancipação. 3. ed. Maceio: UFAL, 2011. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. LUCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. **Em aberto**, Brasília: Inep, v. 17, n. 72, 2000, p. 11-34. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Alfabetização e Letramento II – **Carga Horária**: 75 horas
Ementa: A apropriação da linguagem escrita. Pressupostos teórico-epistemológicos na alfabetização. Relações entre alfabetização, construção do conhecimento e letramento. Oralidade e função social da escrita. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CAGLIARI, L.C. **Alfabetização e lingüística**. 10.ed. São Paulo: Scipione, 2002. SOARES, M.B. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto: 2003. TEIXIDÓ, M.M.; MORILO, M.M.; CURTO, L.M. **Escrever e ler**: como as crianças aprendem e como os professores podem ensiná-las a escrever e a ler. v.1. Porto Alegre: Artmed, 2000. **COMPLEMENTAR** BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. KAUFMAN, A.M.; CASTEDO, M. **Alfabetização de crianças**: construção e intercâmbio – experiências pedagógicas na educação infantil e no ensino fundamental. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998 MORAIS, A.G. de. **Ortografia**: ensinar e aprender. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000. TEIXIDÓ, M.M. **Escrever e ler**: materiais e recursos para a sala de aula. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000. WEISZ, T. **Por trás das letras**. São Paulo: FTD, 1992.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de História – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: O ensino da História e suas implicações no processo educativo. História na Sala de Aula. A realidade do ensino de História no Brasil. Alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de História.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BITTENCOURT, C.M.F. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. BORGES, V.P.. **O que é História?** São Paulo: Brasiliense, 1980. PINSKY, J.. **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1997. **COMPLEMENTAR** BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC – **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história, 1998. BITTENCOURT, C.M.F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. BLOCH, M.L.B.. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador.** São Paulo: Zahar, 2001. HOBSBAW, E.. **Era dos Extremos:** o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. KARNAL, L.. **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Diversidade e Educação – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ANDRÉ, M. **Pedagogia das diferenças na sala de aula.** 7.ed. Campinas: Papirus, 2006. DINIZ, M.; VASCONCELOS, R.N. **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras**. Belo Horizonte: Editora Formato, 2004. RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. **COMPLEMENTAR** BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** primeira a quarta série: temas transversais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000. FARIAS, P.S.; PINHEIRO, M.L. **Novos estudos em relações étnicos-raciais**. São Paulo: Contra Capa, 2014. FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. **Educação como exercício de diversidade.** Brasília: Unesco, 2007. LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. SILVERIO, V.R.; MATTIOLI, E.A.K. **Relações étnico-raciais**: um percurso para educadores. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Desenvolvimento e execução do projeto de pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso, sob a supervisão do professor orientador. A dialética da pesquisa em educação: escolha, delimitação e abordagem teórico-metodológica do tema de pesquisa e sua reelaboração constante. Os caminhos necessários para cumprir os objetivos determinados em uma pesquisa. Auxílio ao educando no rigor científico necessário para o estudo de seu respectivo objeto de estudo. Debates dirigidos sobre questões relacionadas a plágio e direitos autorais. Reflexão sobre o papel do orientador e o papel do orientando no processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** CHAUÍ, M.. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003. SEVERINO, A.J.. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2000. SEVERINO, A.J.. **Como ler um texto de filosofia.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. **COMPLEMENTAR** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002. CORRÊA, E.J.; VASCONCELOS, M.; Souza, M.S.de L.. **Iniciação à metodologia científica:** participação em eventos e elaboração de textos científicos. Belo Horizonte, UFMG, 2011. ECO, U.. **Como se faz uma tese**. 12. ed.. São Paulo: Perspectiva, 1995. MAIA, P.L.. **O abc da metodologia:** métodos e técnicas para elaborar trabalhos científicos (ABNT). 3.ed. São Paulo: Universitária de Direito, 2011. 136 p SEVERINO, A.J.. **Como ler um texto de filosofia.** 2.ed. São Paulo: Paulus, 2009. 72 p.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Política e Organização da Educação Básica – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: O Público, o Estatal e o Privado na educação brasileira. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: impasses e perspectivas das políticas educacionais. Organização dos sistemas de ensino. Políticas públicas educacionais e legislação de ensino: a Lei nº 9.394/96 e suas implicações nos diferentes níveis de modalidade de ensino.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BRANDÃO, C.F. **LDB passo a passo:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei n. 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Avercamp, 2015. LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.de; TOSCHI, M.S.. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Docência em formação saberes pedagógicos). SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. **COMPLEMENTAR** AMARAL, N.C.. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012. (Coleção formar). BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O Sistema Nacional de Educação:** diversos olhares 80 anos após o manifesto. Brasília: MEC, 2014. JEFFREY, D.C.; AGUILAR, L.E. (Org.). **Política educacional brasileira:** análises e entraves: (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012. MÉSZÁROS, I.. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho). VIEIRA, S.L.; FARIAS, I.M.S.de. **Política educacional no Brasil:** introdução histórica. 3.ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Tecnologias: intrumentais, intelecutais e educacionais; Espaços diferenciados de aprendizagem; Mídias na Educação; Informática na Educação; Softwares Educacionais; Objetos de Aprendizagem; Redes Virtuais de Aprendizagem.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** COX, K.K. **Informática na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003. OLIVEIRA, R.de**. Informática educativa**: dos planos e discursos a sala de aula. Campinas, Papirus, 1997. SOBRAL, A.V.. **Internet na escola:** o que é? Como se faz? 3.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002. **COMPLEMENTAR** MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A.. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. FERRETI, C.J.; FRANCO, M.L.; ZIBAS, D. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MASSETTO, M.T.; MORAN, J.M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. ROSINI, A.M. **Novas tecnologias da informação e a educação a distância**. São Paulo: Pioneira, 2007. TAJRA, S.F. **Informática na educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor. São Paulo: Érica, 2012.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos da Educação Especial – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Análise histórica da Educação Especial, contemplando o estudo das políticas públicas para a educação inclusiva. Estudo sobre os sujeitos do processo da educação inclusiva com ênfase na aprendizagem. Análise da organização e estrutura de currículos e conteúdos programáticos utilizados na educação especial.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola de educandos com necessidades educacionais especiais.** 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. PADILHA, A.M.. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial**. São Paulo: Ed. Aut. Assoc, 2005. MAZZOTTA, M.J.S., **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas, 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. **COMPLEMENTAR** BRASIL, **Lei nº 13.146 de 6 de julho/2015.** Estatuto da Pessoas com Deficiência. Brasília: MEC, 2015. CARVALHO, R.E.. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Belo Horizonte: Mediação, 2004. FERREIRA, M.E.C.; GUIMARÃES, M.. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. GONZÁLES, E. (Colab.). **Necessidades educacionais específicas, intervenção psicoeducacional.** Porto Alegre: Artmed, 2007. MANTOAN, M.T.E.. **Inclusão escolar**: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – **Carga Horária**: 60 horas
Ementa: Aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS: características básicas da fonologia. O intérprete de Libras e seus principais requisitos. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar LIBRAS: desenvolver a expressão visual-espacial para a docência.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** FIGUEIRA, A.S. **Material de Apoio para o aprendizado em LIBRAS**. Porto Alegre: mediação, 2011. GESSER, A. **LIBRAS:** que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. **COMPLEMENTAR** ALMEIDA, E.C.de.; DUARTE, P.M. **Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS**. São Paulo: Revinter, 2004 CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. LACERDA, C.B.F.de. **Intérprete de LIBRAS**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. REIS, B.A.C.dos; SEGALLA, S.R. **ABC em LIBRAS**. São Paulo: Panda Books, 2009. SANTANA, A.P. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Gestão Escolar – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Educação escolar e não escolar. Instituições escolares ou não escolares. Gestão democrática. Papel do gestor. Organização do trabalho pedagógico. Superação da dicotomia entre os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008. LUCK, H. **Liderança em gestão escolar.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. PARO, V.H. **Administração escolar:** introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012. **COMPLEMENTAR** BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselho escolar e direitos humanos**. Brasília: MEC, 2008. LUCH, H. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2006. PRAIS, M.L.M. **Administração colegiada na escola pública.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1994. SANTOS, C.R. **A gestão educacional e escolar para a modernidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2009. SILVA, A.M.M. et al. **Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos:** desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação de Jovens e Adultos (EJA) – **Carga Horária**: 45 horas
Ementa: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos (EJA) do Brasil. A educação de adultos nas Campanhas de educação de massa. Concepção freireana de Educação: educação bancária, educação problematizadora e dialogicidade. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. Análise da EJA como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes nos primeiros anos do ensino fundamental e a especificidade do trabalho com jovens e adultos.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. PAIVA, V.P. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. **Diálogos na educação de jovens e adultos.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. **COMPLEMENTAR** BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006**. Institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: MEC, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000.Brasília: MEC, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica nº 01 de 5 de Julho de 2000. GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. VÓVIO, C.L.; IRELAND, T.D. **Construção coletiva:** contribuições à educação e jovens e adultos. 2. ed. Brasília: MEC, 2008.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II – **Carga Horária**: 35 horas
Ementa: Desenvolvimento e execução do projeto de pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso, sob a supervisão do professor orientador. Orientação do trabalho final de graduação: abordagem teórica, organização, coerência, finalização do trabalho de pesquisa.
Referências Bibliográficas **BÁSICA** ALMEIDA, Mario de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese:** uma abordagem, simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. DEMO. P. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FAZENDA, I. C. A. (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2009. **COMPLEMENTAR** SANTOS, Clóvis Roberto dos Santos. **Trabalho de Conclusão de Curso – Guia de Elaboração Passo a Passo**. São Paulo: Cengage. Learning, 2010 GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007**.** GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em Educação.** Brasília: Editora Plano (Série pesquisa, v. 1), 2006. FAZENDA, I.C.A. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

12. BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Os educandos que buscam os polos de apoio presencial para ter suporte às suas necessidades de ensino-aprendizagem precisam das bibliotecas e, consequentemente, do profissional bibliotecário. Logo, este educando deverá encontrar a infraestrutura necessária para um atendimento eficiente e eficaz de suas demandas de conhecimento, já que os polos funcionam como extensão do IFSULDEMINAS.

O MEC estabelece os critérios para o funcionamento das bibliotecas nos polos de apoio presencial. O documento "Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância" estabelece que os mesmos cursos devam ter em sua infraestrutura de apoio polos com uma biblioteca contendo: "[...] um acervo mínimo para possibilitar acesso dos educandos à bibliografia, além do material instrucional utilizado pelo curso; sistema de empréstimo de livros e periódicos ligados à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo (BRASIL, 2007, p.19).

Ainda de acordo com o documento em questão, é importante que as bibliotecas dos polos possuam acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas ministradas nos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação à distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado igualmente em diferentes mídias. É importante também que a biblioteca esteja informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas online, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o acesso ao conhecimento. Além disso, a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo (BRASIL, 2007, p. 26).

Importante ressaltar que todas as bibliotecas do IFSULDEMINAS possuem um sistema interligado denominado "**Meu Pergamum**" que é um sistema que permite os usuários terem acesso a diversas funções como, por exemplo, consulta ao acervo, reserva de livros, renovação online e consulta de débitos referentes não apenas ao acervo do Polo do qual pertence, mas também de todos os campi do IFSULDEMINAS.

Existe, ainda, a plataforma **Minha Biblioteca** que é formada pelo consórcio das quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Atlas, Grupo GEN e Saraiva. Essas editoras se uniram para oferecer às instituições de ensino uma plataforma prática e inovadora disponibilizando seus e-books nas nuvens para acesso a partir de qualquer dispositivo conectado à Internet. Essa plataforma oferece um conjunto de funcionalidades para enriquecimento de estudos e leitura. Atualmente possui disponíveis mais de 6 mil títulos.

13. METODOLOGIA

Como ensinar na educação a distância, por meio de atividades assíncronas e/ou por meio de uma sincronia mediada por tecnologias de informação e comunicação?

Uma resposta a esta pergunta passará ao largo do tradicional modelo “explicar a matéria - aplicar o exercício”, já criticado no âmbito da educação presencial.

Na EaD, é possível – e preciso – pensar em metodologias que ultrapassem este modelo, sobretudo diante de uma realidade de educandos-trabalhadores, público que predomina nos cursos a distância. Os “estudos de caso”, por exemplo, constituem uma excelente alternativa: dão o problema primeiro e exigem o estudo em sequência.

Nos encontros presenciais obrigatórios a diversificação das metodologias será incentivada, tais como seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, seminários entre outros, de modo a se evitar o abuso da aula expositiva. Isso não significa dizer que a aula expositiva não seja necessária, mas de fomentar a aula expositiva dialogada que permite, com maior sucesso, a participação e envolvimento dos educandos.

Já na perspectiva das atividades à distância, o educando será informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação disponibilizados.

Nesse sentido, além das capacitações e formações específicas para a EaD realizadas em disciplinas específicas no primeiro semestre e ao longo do

curso nas Práticas como Componentes Curriculares (PCC), um Guia do Educando/Disciplina será oferecido aos educandos.

Nele, descrevem-se as metodologias empregadas com o uso das TIC's e as estratégias que possibilitam aos educandos construírem ativamente o conhecimento; descrevem também o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e os recursos disponíveis aos educandos; igualmente, informam as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas pelos professores no decorrer do curso e sua coerência com a metodologia prevista/implantada.

Os recursos disponibilizados no AVA e sua escolha serão orientados por um Designer Instrucional e buscarão atender aos diferentes perfis de aprendizagem, a saber:

Ativos: Tendem a reter e compreender melhor a informação participando ativamente de alguma atividade, discutindo, ou explicando para outros. Gostam do trabalho em grupo.

Reflexivos: Preferem refletir calmamente sobre a informação; podem ser mais lentos para iniciar uma atividade e gostam do trabalho individual ou em equipe.

Sensoriais: Gostam de resolver problemas através de procedimentos bem estabelecidos e não apreciam complicações e surpresas. Tendem a ser práticos e cuidadosos e não gostam de disciplinas que não têm uma conexão aparente com o mundo real.

Intuitivos: Preferem descobrir possibilidades e interrelações; gostam de inovação e não apreciam a repetição. São rápidos, criativos e apreciam a variedade.

Visuais: Lembram-se mais do que viram e preferem as representações visuais, como quadros, gráficos, vídeos e demonstrações.

Verbais: Tiram mais proveito das explanações escritas e faladas; gostam de ouvir e de tomar notas. Materiais de apoio impressos são úteis para eles; repetem as palavras, falando ou escrevendo; fazem a leitura de suas notas em silêncio e transformam diagramas em palavras.

Sequenciais: Constroem conhecimentos em passos lineares, com cada passo derivado do anterior. Tendem a seguir caminhos lógicos e graduais, enfatizando a análise e os detalhes.

Globais: Aprendem em grandes saltos, absorvendo o material sem enxergar conexões e repentinamente compreendem tudo. Precisam do contexto e têm facilidade para juntar elementos. O foco está na síntese e no pensamento sistêmico.

Para tanto, diferentes Tecnologias da Informação e Comunicação serão utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.

13.1. Tecnologias da informação e comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

As Tecnologias de Informação e Comunicação previstas no processo de ensino-aprendizagem permitirão a execução do projeto pedagógico do curso.

O AVA se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos, ou mero veículo de transmissão de conteúdos lineares, mas uma mídia composta de ferramentas síncronas e/ou assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer educando e docente.

Nesse sentido, o AVA será construído atendendo aos princípios do Design Instrucional e da Aprendizagem *e-Learning,* permitindo a realização das seguintes atividades, a saber:

Atividades assíncronas (autoinstrucionais e colaborativas): atividades nas quais o educando desenvolve sem horário determinado e dirigido por recursos de ensino e aprendizagem (REAs), tais como efetuar leituras, assistir a vídeo aulas, percorrer objetos de estudos, efetuar pesquisas, participar de fóruns de discussão dentre outras.

Atividades síncronas (interativas e supervisionadas): atividades nas quais os educandos participam, a partir de horários previamente agendados, tendo sua participação e interação supervisionadas pelo docente e/ou professor mediador/tutor, que podem ser virtuais (chat, videoconferência ou webconferência) ou ainda presenciais (aulas e avaliações).

Teleaulas: síncronas (aula com horário previamente agendado e com a participação dos educandos) e assíncronas (aulas gravadas para serem assistidas pelos educandos sem horário previamente agendado).

Para cumprir os objetivos mínimos previstos é necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

- **Enquete:** é o instrumento utilizado para coletar opiniões acerca de um assunto referente a disciplina, módulo, tema etc. O professor pode fazer uso desse recurso para, por exemplo, saber qual o melhor dia e horário para a realização de um chat, uma pesquisa de campo, um trabalho presencial, entre outros.

- **Webconferência:** é um recurso tecnológico que possibilita conectar professores, professores mediadores/tutores e educandos por meio da internet, para a realização de eventos e/ou aula online. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade do uso de textos e arquivos.

– **Diário**: ferramenta que permite atividades reflexivas. O docente propõe questões para reflexão ou permite que os educandos produzam narrativas livres. Os educandos poderão em qualquer momento continuar ou alterar suas reflexões e os docentes poderão intervir a qualquer momento. Trata-se de uma ferramenta privada na qual apenas o educando autor do diário e o respectivo docente têm acesso ao seu conteúdo.

- **Diálogo/Mensagem**: ferramenta que permite a troca de mensagens entre dois participantes (docente-educando/educando-educando). Desde que a atividade tenha sido criada, qualquer participante pode iniciar um diálogo, convidando alguém para uma conversa assíncrona.

– **Glossário**: dicionário que pode ser utilizado para escrever alguns termos relacionados com um determinado assunto. Uma das suas funcionalidades mais importantes é a possibilidade de realçar termos existentes no glossário ao aparecerem num recurso ou atividade da página (hiperlinks).

– **Tarefa**: permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo de atividade

incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

– **Questionário**: permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

- **Blog**: esta ferramenta é definida como uma forma de diário online, onde cada usuário pode inserir informações de forma cronológica. Neste ambiente, o blog é baseado no usuário, sendo que este poderá utilizá-lo para inserir informações relativas ao curso. Além disso, o usuário pode registrar seus blogs externos com entradas automáticas para o blog.

– **Fórum**: forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os educandos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

– **Chat**: chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas a determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto, informal, sempre disponível. Um aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

– **Wiki**: página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.

- **FAQ (Frequently Asked Questions)**: consiste em uma listagem de respostas às dúvidas mais comuns apresentadas pelos usuários. O FAQ é uma ferramenta de livre acesso, porque ela também pode conter respostas às dúvidas referentes ao funcionamento geral do curso, e isso pode auxiliar na captação de novos educandos.

13.2. Mecanismos de interação e tutoria

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do AVA, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar educandos, professores mediadores/tutores e docentes a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no AVA.

Uma estratégia é a oferta de uma disciplina específica de Ambientação, com o título de *Educação Aberta e a Distância*, que não irá se restringir ao ensino das condições de acesso e introdução ao Moodle, além da produção do Plano de Estudos dos educandos, já referenciados.

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos educandos, evitando sua evasão. Para tanto, os professores mediadores/tutores são essenciais, pois tem o mérito de estabelecerem uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao educando a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

O professor mediador/tutor, no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional que deverá ser graduado na área do curso e selecionado pelo campus proponente, no mínimo em número de seis (6), ou seja, dois (2) para cada polo de apoio presencial e com carga horária de trabalho semanal de 20 horas.

Os professores mediadores/tutores serão responsáveis pela mediação do processo pedagógico com educandos geograficamente distantes ou presentes nos polos de apoio presencial. São atribuições do professor mediador/tutor, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o docente nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

Os professores mediadores/tutores deverão também ser devidamente capacitados para utilização das TIC's, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, preferencialmente na sede do campus proponente e seus polos.

13.3 Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor

Foi definido pelo NDE as seguintes atribuições para professores mediadores/tutores e docentes do curso:

Professor Mediador/Tutor:

- Cumprir carga horária junto ao polo de apoio presencial e AVA estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Assinar livro de ponto no polo de apoio presencial de acordo com a carga horária presencial estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Garantir acesso regular ao AVA durante o período do contrato;
- Atentar para as informações contidas no Guia da Disciplina, informando à Coordenação de Plataforma e Tutoria quanto a possíveis divergências entre o Guia e as atividades postadas no AVA;
- Garantir que a comunicação com os docentes e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Manter contato constante com os educandos, motivando-os continuamente para o estudo;
- Orientar e supervisionar trabalhos dos educandos, ajudando-os adquirem autonomia;
- Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo e atividades propostas pelas disciplinas;
- Assistir às videoconferências ou webconferências realizadas pelos docentes;
- Corrigir atividades online, de acordo com o gabarito elaborado pelo docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Proporcionar feedback dos trabalhos e avaliações realizadas;

- Organizar relatórios da participação do educando no AVA, conforme critérios previamente definidos;

- Participar e corrigir fóruns avaliativos online, mediante orientações por parte dos professores, garantindo a correção em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;

- Garantir, com antecedência, a reprodução das avaliações presenciais a serem aplicadas;

- Aplicar e corrigir as avaliações presenciais, de acordo com o gabarito elaborado pelo docente, garantindo a correção em até 10 (dez) dias após a aplicação;

- Lançar notas no AVA;

- Instruir os educandos sobre regulamentos e procedimentos do Curso como prazos de matrícula, rematrícula, dispensa de disciplinas, solicitação de dependências, apresentação de atestados e quaisquer outras atividades inerentes ao curso;

- Apresentar os interesses dos educandos junto à Coordenação;

- Participar do processo de matrícula de ingressantes quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;

- Realizar a conferência das notas lançadas no AVA e no Sistema Acadêmico (Webgiz) após o término da disciplina quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;

- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria.

Docente:

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período da disciplina;

- Garantir que a comunicação com os professores mediadores/tutores e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;

- Alimentar semanalmente o AVA com todas as informações necessárias para o bom andamento da disciplina;

- Elaborar/selecionar e postar no AVA o material didático da disciplina;

- Elaborar e postar no AVA o Guia da Disciplina, seguindo normas estabelecidas pela coordenação de curso;

- Postar no AVA um vídeo de apresentação do professor e da disciplina, com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, dentre outros;

- Postar vídeos semanais, de preferência de sua autoria, sobre os assuntos pertinentes à disciplina;

- Orientar os professores mediadores/tutores quanto as correções de todas as atividades propostas, enviando aos mesmos o gabarito de correção até no máximo a data do encerramento da atividade;

- Participar ativamente do Fórum de Dúvidas da disciplina;

- Elaborar as avaliações presencias (individual e em grupo), bem como o gabarito de correção;

- Elaborar as avaliações presenciais adaptadas para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE, bem como o gabarito de correção;

- Encaminhar as avaliações aos coordenadores de polo com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação;

- Elaborar avaliações presencias (individual e em grupo) para aqueles educandos que tiveram o requerimento de Segunda Oportunidade deferido, bem como o gabarito de correção;

- Elaborar a avaliação presencial de Exame Final, bem como o gabarito de correção;

- Organizar e participar de pelo menos 1 (uma) videoconferência ou webconferência antes da avaliação presencial;

- Lançar notas no WebGiz em até 10 (dez) dias após o encerramento da disciplina;

- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Curso.

13.4 O Coordenador de Plataforma e Tutoria

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com uma Coordenação de Plataforma e Tutoria, que atuará com a Coordenação de Curso e Administrador da Plataforma.

Quanto à tutoria, este profissional norteará o trabalho dos professores mediadores/tutores, e nesse contexto, as atribuições e rotinas desempenhadas por eles no exercício de suas funções. Mantém o elo entre os professores mediadores/tutores e docentes para que as práticas pedagógicas elaboradas sejam executadas na forma planejada.

Quanto à plataforma, este profissional verificará a alimentação do AVA pelos docentes, de forma a garantir o bom funcionamento da plataforma bem como o cumprimento do estabelecido nos Guias das disciplinas.

13.5 Professor Assistente

Se tratando de formação de professores em cursos EaD, educadores renomados destacam a necessidade de um perfil diferenciado do docente, considerando a especificidade dessa modalidade de ensino. Enquanto espaço diferenciado, o EaD se utiliza de tempos, métodos e espaços diferentes que a modalidade presencial, o que requer dos docentes que atuam nestes cursos uma formação específica e o entendimento que não há como realizar apenas uma transposição do curso presencial utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Esta demanda reforça a necessidade do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD contar com o acompanhamento de um profissional capacitado, com experiência administrativa e docente nesta modalidade, que designado como Docente Assistente, terá a atribuição de auxiliar os docentes titulares nas etapas de planejamento e condução das disciplinas, incluindo:

- Apoio técnico junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e seus recursos, priorizando as necessidades particulares do processo de ensino e aprendizagem em EaD;

- Definição de estratégias pedagógicas adequadas às diferentes tecnologias utilizadas, incluindo a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produção de um aprendizado efetivo;

- Integração adequada das tecnologias da informação e comunicação para aprendizagens significativas, de modo a aproveitá-las de forma competente e ativa; se pautar não apenas no conteúdo curricular do curso, mas também em decisões sobre o suporte ao aluno, acesso e escolha dos meios de aprendizagem;

- Estímulo à atuação docente produtora, conselheira e parceira, à medida que elabora as propostas do curso, acompanha os alunos e constrói, junto aos especialistas em tecnologia, abordagens inovadoras de aprendizagem.

13.6 O Design Instrucional

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com o apoio de um profissional com formação específica em “Design Instrucional”. Este profissional auxiliará os docentes quanto aos recursos disponíveis no AVA, diagramação de material didático e layout do ambiente virtual de aprendizagem.

13.7 Os encontros presenciais obrigatórios

Haverá, no mínimo, um encontro presencial obrigatório por disciplina e este ocorrerá no último sábado de cada disciplina. A finalidade deste encontro presencial é proporcionar um momento de atividades avaliativas que correspondam a um trabalho coletivo e a realização da avaliação individual presencial.

Assim, para cada disciplina deverá ocorrer, no mínimo, um encontro presencial para a realização de trabalhos em grupo e avaliação presencial que será aplicada pelo professor mediador/tutor, portanto, o número de disciplinas será o número de encontros presenciais.

- Aula Inaugural do Curso

Tem o objetivo de apresentar a estrutura do curso e de proporcionar um momento presencial para que os educandos assinem o Termo de Matrícula. Esta aula inaugural também poderá ocorrer por videoconferência e é importante que se faça uma explanação sobre a instituição e o “Educando de EaD”.

14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, prevê no Art. 1º: *princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam* (BRASIL, 2015, p.2).

Com o intuito de garantir aos docentes a formação plena para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e os processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, define uma base comum nacional quanto à estrutura e currículo dos cursos de licenciatura, destacando a obrigatoriedade para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado:

> (...) II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
>
> (...) § 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. (BRASIL, 2015, p. 2).

Segundo Tardif (2002, p. 13), os docentes possuem, desenvolvem e adquirem saberes variados, provenientes de suas experiências pessoais e profissionais. Os conhecimentos curriculares adquiridos na universidade, ou seja, na formação inicial, assim como os didático-pedagógicos que advém da formação profissional são entendidos como cultura pessoal que constituem sua prática pedagógica.

Quanto à formação inicial do docente, o mesmo deve compreender que assumir-se como sujeito também da produção do saber, desenvolvendo a concepção de que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas articular vários conhecimentos e criar possibilidades para sua produção ou construção constitui um dos saberes indispensáveis para sua prática docente (RAYMUNDO, 1996, p.364).

O Estágio Curricular Supervisionado, constitui um terreno fértil para a construção de saberes que permitirão ao futuro docente estruturar sua prática pedagógica, por meio da articulação de fundamentos teóricos, metodológicos e práticos adquiridos nas disciplinas do curso de licenciatura em pedagogia, assim como, viabilizar a relação próxima do futuro pedagogo com o ambiente que envolve seu cotidiano; assim, *a partir desta experiência os acadêmicos começarão a se compreenderem como futuros docentes, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança.* (PIMENTA, 1997).

Elemento indispensável na formação docente, o estágio supervisionado constitui o currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância do Instituto Federal do Sul de Minas e é regido pelas Normas de Estágio Curricular Supervisionado oferecido pelo IFSULDEMINAS em consonância com a Lei nº 11.788/08. Este deverá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, obrigatoriamente em instituições de ensino, sob a supervisão de um professor habilitado desta. O educando poderá iniciar suas atividades de estágio a partir do 5º (quinto) período do curso e contará com um Professor Orientador de Estágio (IFSULDEMINAS) e com um docente supervisor definido pela Instituição de Ensino no qual realizará seu estágio.

A carga horária total do estágio supervisionado compreenderá 400 (quatrocentas) horas, sendo estas organizadas entre a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e a gestão escolar destes e da Educação de Jovens e Adultos – EJA (anos iniciais), Normal de Nível Médio distribuídas entre atividades de orientação, observação, pesquisa e regência, conforme Quadro 01.

Quadro 01. Organização da distribuição de horas de Estágio Curricular Supervisionado.

HABILITAÇÕES NÍVEIS DE ENSINO	CARGA HORÁRIA TOTAL A SER CUMPRIDA	ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO (HORAS)	ESTÁGIO DE REGÊNCIA (HORAS)
EDUCAÇÃO INFANTIL	140	84	56
ENSINO FUNDAMENTAL I (1º ao 3º anos)	80	48	32
ENSINO FUNDAMENTAL I (4º e 5º anos)	80	48	32
EJA – ANOS INICIAIS NORMAL DE NÍVEL MÉDIO	40	24	16
GESTÃO ESCOLAR	60	60	-
TOTAL	**400**	**264 (60%)**	**136 (40%)**

Segundo a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, Art. 15, parágrafo 7, *os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas* (BRASIL, 2015, p. 13).

Caso o acadêmico realize estágio não obrigatório antes do 5º (quinto) período e este não será contabilizado como horas de estágio obrigatório. **O início do Estágio Supervisionado ocorrerá a partir do 5º (quinto) período do curso.**

As atividades vinculadas ao estágio supervisionado devem compreender desde a ***observação*** nas unidades escolares no que concerne às reuniões pedagógicas e de pais, assim como da prática pedagógica de docentes já atuantes em sala de aula para as devidas problematizações. A análise de planos de ensino, projetos político-pedagógicos, currículos oficiais da educação infantil, ensinos fundamental e médio, resultados das avaliações em larga escala, viabilizaram o entendimento de questões relacionadas à gestão escolar.

Quanto à ***regência***, os futuros docentes deverão realizar um trabalho de pesquisa e planejamento, devidamente orientados pelos professores orientadores de estágio, a fim de desenvolver em sala de aula atividades que os permitam vivenciar práticas de ensino inovadoras e que estejam à luz dos fundamentos teórico-metodológicos trabalhados durante o curso de pedagogia (articulação com as disciplinas). Serão levadas em consideração, as horas destinadas à pesquisa e planejamento das aulas que serão ministradas nas diferentes áreas do conhecimento.

O estágio supervisionado será avaliado por meio de fichas de registro contendo itens fundamentais da ***observação*** em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas realizadas e suas respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor supervisor e do diretor da escola. Quanto à ***regência***, será avaliado relatório final contendo: plano de aula, narrativa elaborada a partir da execução da aula, sistematização das impressões do futuro docente quanto a suas observações e regência.

As fichas e relatórios terão seus formatos definidos por meio de um Manual de Estágio padronizado pela Coordenação e pelo Colegiado do Curso.

Vale ressaltar que a ***observação*** e a ***regência*** serão realizadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), somadas às questões de análise da gestão escolar, estas por sua vez, devem se estender da Educação Infantil até o Normal de Nível Médio, e EJA (anos iniciais).

A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o acadêmico e a parte concedente, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino. Entende-se por parte concedente, escolas de educação infantil, ensino fundamental ou médio, privadas, municipais ou estaduais. O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

15. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)/ ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme a Resolução nº 2/2015, para os cursos de formação docente, compreendemos que as atividades acadêmicas, científicas e culturais

complementares à formação são aquelas previstas no Núcleo de Estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

> [...] a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social (Resolução CNE/CP 02/2015, p. 10).

Dessa forma, tais atividades não se resumem a ações de naturezas didática e acadêmica, envolvendo práticas socioculturais que estejam, de algum modo, relacionadas à formação do docente. Entende-se que, também no Ensino Superior, os educandos devem estar imersos em atividades que contribuam tanto para sua formação cidadã, quanto para a sua prática profissional, principalmente porque, os docentes a serem formados serão os educadores futuros. As atividades aqui consideradas se revestem, portanto, de singular relevância para a complementação da formação do pedagogo.

Essas atividades, que totalizam 200 horas, são obrigatórias, e podem ser realizadas pelos graduandos durante o período de integralização do curso, devendo ser devidamente comprovadas por meio da apresentação de certificados ou declarações, relatórios, cuja veracidade deverá ser passível de verificação, sendo regidas por Regulamento próprio.

16 PRÁTICAS ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR – PCC's

Conforme § 1º, inciso I, do artigo 13º da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de 400 (quatrocentas) horas de práticas enquanto componentes curriculares (PCCs). Com isso, os cursos de licenciatura devem propiciar atividades práticas e teóricas aos educandos relacionadas ao exercício da docência do futuro docente da educação infantil e do ensino fundamental, além

de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

A referida Resolução aponta ainda que o caráter integrador de conteúdos deve ser adotado em fases iniciais do curso. Deste modo, o curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFSULDEMINAS, disponibiliza aos educandos 6 (seis) disciplinas de Práticas enquanto Componentes Curriculares (PCCs), as quais encontram-se distribuídas ao longo da grade curricular e, ofertadas desde o 1º período do curso. Essas disciplinas totalizam 400 (quatrocentas) horas ao final do curso.

Nas disciplinas de Práticas enquanto Componentes Curriculares, cabe aos educandos de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material(is) - técnico, científico, didático e pedagógico - relacionado aos conteúdos de Pedagogia ministrados. Cabe também aos educandos a confecção de Projetos e/ou Portfólios relativos às ações e atividades realizadas pelos educandos durante o desenvolvimento das disciplinas de PCCs. Neste caso, o portfólio corresponde à produção de documentação descritiva das atividades planejadas e executadas pelos educandos de Pedagogia ao longo da disciplina de PCC, contendo registro textual e fotográfico.

Os educandos poderão ser divididos em grupos para planejamento, execução, implantação, avaliação e apresentação das atividades desenvolvidas ao longo das disciplinas de Práticas enquanto Componentes Curriculares. Isso incrementará a capacidade dos educandos quanto às práticas frequentes e comuns à profissão de docente, em que a execução de tarefas e ações constitui-se em trabalho em equipe.

O material produzido pelos educandos e que auxiliará o registro das ações e atividades implementadas pelos educandos para cumprimento das disciplinas de PCC´s poderá ser constituído por:

- Criação de material de áudio, visual ou audiovisual relacionado à área da Educação;
- Proposição, execução e avaliação de atividades lúdicas voltadas para práticas educacionais;
- Planejamento e criação de projetos associados à área de Educação, envolvendo os níveis de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental;

- Planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas destinadas à sensibilização da comunidade quanto a assuntos atrelados à Educação;
- Planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas de integração escola-comunidade.

A PCC, em cada uma das disciplinas que a abrigará, será uma reflexão sobre o conteúdo de Pedagogia que está sendo aprendido pelo educando e que será ensinado por este quando de sua atuação profissional como docente. As atividades são desenvolvidas no ambiente educativo, futuro campo de atuação do profissional, e servem como oportunidade para o confronto entre a teoria e a prática, com vistas à investigação científica. Tais atividades respeitam os níveis de assimilação, o que depende das condições teórico-metodológicas do educando.

A inserção da prática enquanto componente curricular objetiva associá-la à dimensão do conhecimento por meio da reflexão sobre a atuação profissional e permite ainda a articulação entre as demais disciplinas, não se restringindo apenas ao estágio, e tendo como finalidade a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. Fica a cargo das PCCs estabelecer mecanismos de promoção da interdisciplinaridade no curso.

Ao final da disciplina os educandos estarão aptos (aprovado) ou inaptos (reprovado). O não cumprimento das 400 horas associadas às Práticas enquanto Componentes Curriculares implicará na reprovação e suspensão da emissão do diploma.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo docentes, professores mediadores/tutores e educandos.

Na avaliação serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos incluídos o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, visando diagnosticar

estratégias, avanços e dificuldades, de modo a reorganizar as atividades pedagógicas.

A avaliação dos educandos com necessidades específicas será acompanhada pelo NAPNE e equipe multidisciplinar do campus.

Na avaliação dos educandos com necessidades específicas, o IFSULDEMINAS oferece adaptações de instrumentos de avaliações e os apoios necessários, previamente solicitados pelo educando com necessidades específicas, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade especial.

A avaliação do desempenho dos educandos de graduação a distância do IFSULDEMINAS deverá estar em conformidade com o Art. 4º do Decreto 5.622/2005, o qual estabelece que a avaliação do desempenho do educando para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I. cumprimento das atividades programadas nos Polos de Apoio Presencial e Ambiente Virtual de Aprendizagem;

II. realização de exames presenciais.

III. Mais de cinquenta por cento da nota semestral dos componentes curriculares devem ser distribuídas em duas atividades avaliativas presenciais, em um mesmo dia, sendo uma atividade coletiva de consulta e pesquisa e outra avaliação individual.

IV. O educando terá direito a avaliação presencial em primeira chamada e uma segunda oportunidade.

V. O educando terá direito ao Exame Final presencial, em caráter individual.

Ao educando será permitido requerer ao Polo de Apoio Presencial uma segunda oportunidade de avaliação, até 7 (sete) dias úteis após cessado o impedimento, quando por motivo justificável não tenha comparecido a primeira oportunidade.

Não haverá nova oportunidade para realização de nova avaliação no caso de perda da segunda oportunidade. A justificativa de falta somente será efetivada com a entrega do documento que comprove a ocorrência do fato na secretaria do polo, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da avaliação.

17.1 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

De acordo com o aproveitamento dos educandos em cada disciplina do curso, será considerado:

I) **APROVADO**, o educando que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

II) Terá direito ao **EXAME FINAL** da disciplina o educando que obtiver Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0. Após o exame final, será considerado aprovado o educando que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 6,0. A média final da disciplina após o exame final será calculada de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = \frac{MD + 2 \times EF}{3}$$

A nota final (NF) corresponderá à média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3.

A avaliação de exame final será presencial, em caráter individual e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O exame final terá o valor de 10 (dez) pontos (WebGiz), correspondente a 100 pontos no AVA.

III) **REPROVADO**, o educando em que a nota final for inferior a 6,0 (seis) pontos.

Segundo a Resolução nº 118/2016 de 15 de dezembro de 2016, no Capítulo III - Dos direitos do corpo discente, Art. 5º, item XII, fica estabelecido que as justificativas de ausências, mediante apresentação de documentação comprobatória, devem ser apresentadas até 48 horas, contadas a partir do término do evento, ou seja, da data da prova de Exame Final.

17.2 Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial

As avaliações presenciais serão realizadas mediante Trabalho coletivo (20% da nota total da disciplina) e Avaliação Individual (40% da nota total da disciplina), programadas para o último sábado de cada disciplina.

O docente da disciplina deverá elaborar e encaminhar à coordenação de curso, com antecedência de 30 dias à aplicação, as seguintes avaliações:

- Avaliação presencial: Trabalho coletivo e avaliação individual;
- Avaliação para segunda oportunidade: Trabalho coletivo e avaliação individual;

Para as avaliações presenciais (individual) o NDE sugere que estas contenham questões dissertativas e objetivas.

17.3 Avaliação da Aprendizagem pelo AVA

As avaliações realizadas no AVA corresponderão a quarenta por cento (40%) do valor total da nota da disciplina, sendo trinta e cinco por cento (35%) para as atividades *online* e cinco por cento (5%) para uma atividade de autoavaliação (do educando, da disciplina, do curso).

O NDE sugere que o docente elabore no mínimo uma atividade *online* a cada quinze horas da disciplina, explorando ao máximo os diferentes recursos disponíveis no AVA (Fórum, Chat, V ou F, Múltipla Escolha, Tarefa, Enquete, Palavra Cruzada, Wiki). O docente poderá solicitar ainda, como atividades avaliativas, trabalhos, fichas de observações, relatórios dentre outros.

18. TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme Resolução CONSUP nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, têm-se:

18.1 Terminalidade Específica

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

> [...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do educando com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, por meio dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009,

> O direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Desta forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos educandos com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o educando tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução CNE/CEB nº 02/2001) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir deste procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício de funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com

dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas a sua autonomia e a sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

18.2 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o docente deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do educando com necessidades educacionais especiais. O docente poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem englobar a priorização de áreas ou unidades de conteúdo, a reformulação das sequências de conteúdo ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de métodos de ensino e da organização didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do educando. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

4. Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender

às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

5. Adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem: o docente pode organizar o tempo das atividades propostas para o educando, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

18.3 Avaliação Inclusiva

O fazer docente se objetiva na relação ensino-aprendizagem que permeia a relação docente-educando, constituindo a base de qualquer instituição escolar. É preciso enfatizar que tal fazer não se concretiza em um grau maior de importância, é um fazer que parte de uma concepção de relação horizontal com os educandos não podendo haver uma valorização maior tanto de um como de outro.

Dentre as ações que compõem o fazer docente encontra-se a avaliação, com o objetivo de refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. O importante, porém, mais do que o instrumento em si, é o referencial teórico que direciona o fazer docente e esclarece a intencionalidade com que esse instrumento é utilizado. Na avaliação classificatória o resultado é tido como verdadeiro e imutável. Assim, o papel político pedagógico da nota legitima o fracasso devido ao caráter de terminalidade da prova, o que dificulta a superação e o crescimento, estereotipando o educando.

A avaliação em uma perspectiva inclusiva e democrática deve considerar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim, a partir dos mínimos necessários, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, propiciando reflexão tanto da eficácia do fazer docente diante da especificidade deste educando, quanto do progresso no desempenho deste educando.

Para Luckesi (2004), o ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza

através de um ato rigoroso e diagnóstico, tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se pretendem alcançar.

Como expõe Luckesi (2004), avaliar, na perspectiva inclusiva, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar algo. A realização de avaliação diagnóstica é extremamente pertinente à realidade do ensino técnico/tecnológico para identificação dos conhecimentos, experiências e saberes resultantes da trajetória pessoal e de vida. Essa avaliação permite também a identificação de insuficiências formativas. Sua utilização pode orientar o educando na complementação e/ou prosseguimento dos estudos e no exercício profissional.

Para se realizar uma avaliação inclusiva faz-se necessário considerar alguns pressupostos, entre eles:

- Disponibilidade do docente em fazer da avaliação mais um momento de aprendizagem;
- Estabelecimento de um ambiente de confiança;
- Esclarecimento aos educandos do que se espera da avaliação;
- Previsão de tempo adequado para resolução das atividades avaliativas;
- Atribuição de valores às questões, conforme a singularidade das necessidades especiais;
- Consideração do processo de resolução, do raciocínio;
- Utilização de enunciados sucintos, elaborados com objetividade e clareza, com apoio de figuras que auxiliem na interpretação da questão, quando a deficiência for intelectual;
- Adequação do ambiente e dos instrumentos necessários para realização da atividade avaliativa, quando a deficiência for física ou sensorial;
- Comunicação dos resultados o mais rápido possível objetivando discriminar as necessidades o quanto antes;
- Valorização das habilidades em detrimento das limitações.

Ressalta-se que o processo de avaliação dependerá de conhecimento sobre especificidade de cada caso, considerando a trajetória do sujeito para promover, o melhor possível, o seu desenvolvimento integral. Os objetivos não atingidos pelos educandos deverão ser retomados em sala de aula. Deve-se

considerar que também, na perspectiva inclusiva, os resultados advindos da utilização de instrumentos avaliativos, são provisórios e não definitivos. O que o educando demonstrou não conhecer em um momento, poderá vir a conhecer em outro, superando, inclusive, o determinismo de um prognóstico preestabelecido.

19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizada pelo Coordenador juntamente com o Colegiado de Curso e com Núcleo Docente Estruturante - NDE, e estes órgãos colegiados deverão organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos educandos.

Além da atuação do Colegiado de Curso, no qual existe a representação discente, e do NDE, conta-se, ainda, com a Avaliação Institucional que tem como objetivo geral promover a qualidade da oferta dos cursos do IFSULDEMINAS, sendo constituída pela autoavaliação, sob responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Essa comissão é composta por representantes da comunidade externa ao Instituto, do corpo técnico-administrativo, e por representantes educandos e docentes. Para avaliação, adota método participativo da comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, utilizando-se diferentes instrumentos, como o uso de questionários validados previamente e, também, por meio de reuniões pedagógicas com educandos e docentes, e avalia as seguintes dimensões: projeto pedagógico do curso (condições de oferta do curso), estrutura física, corpo docente e educando, corpo técnico administrativo.

As avaliações são realizadas por toda a comunidade acadêmica e ocorrem no início de cada semestre, sempre referente ao semestre anterior cursado. Decorrido o processo de avaliação, os resultados são tabulados e analisados estatística e qualitativamente pelos membros da CPA para divulgação e propostas de melhoria.

Além da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, ocorre também, periodicamente, a avaliação externa do curso instituída pela Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sistema e-MEC). Essa avaliação externa é constituída por uma análise *in loco* realizada por especialistas da área, que se utilizam de um Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores.

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Educando), que permite o reconhecimento ou recredenciamento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos educandos do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e íntegra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso Superior (SINAES). Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os educandos selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os educandos que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional. Os resultados dessas avaliações são

divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros docentes, por meio da problematização da prática docente, visto que ao escrever; levantar temas; elaborar hipóteses, comprovando-as ou refutando-as; observar e intervir sobre a realidade, o futuro docente pedagogo constituirá o seu processo de desenvolvimento profissional reflexivo para futuras tomadas de decisões.

Serão contempladas como Trabalho de Conclusão de Curso, as seguintes propostas:

1. Produção de pesquisa educacional que resulte em resumo expandido, pôster, texto completo publicados em anais ou apresentados em forma de comunicação oral em eventos científicos;

2. Relatos de Experiências apresentados por meio de pôster ou comunicação oral em eventos da área de educação;

3. Escrita de artigo científico para a publicação ou avaliação por meio de bancas avaliadoras compostas por docentes do IFSULDEMINAS. Não será aceita apenas a submissão do trabalho, mas sim sua aprovação.

O TCC será realizado individualmente ou em duplas. Poderão ser orientadores dos TCC’s: professores do Curso de Pedagogia, professores de

outras licenciaturas do IFSULDEMINAS, professores mediadores/tutores (caso haja formalização da manifestação de interesse em orientar TCC).

O Trabalho de Conclusão de Curso a ser desenvolvido será elaborado no sexto, sétimo e oitavo períodos, durante o desenvolvimento das disciplinas: Métodos de Pesquisa em Educação, Elaboração de Trabalho de Conclusão I e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II, respectivamente.

Cada docente orientador terá autonomia para decidir a quantidade de orientandos e deverá ser respeitada a disponibilidade de cada docente. Vale ressaltar que, caso seja necessário, será aberto edital para convocação de orientadores voluntários.

Caso os TCCs sejam submetidos a uma banca avaliadora do IFSULDEMINAS, pois também poderão ser apresentados em eventos científicos sob a condição de avaliação dos trabalhos, estes deverão ser apresentados por escrito e oralmente. A composição da banca será três docentes, sendo um deles o orientador do educando. Esta banca julgará os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, profundidade e clareza) e domínio do conteúdo.

A banca emitirá um dos seguintes conceitos finais: Suficiente (S) ou Insuficiente (I). Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo educando para nova investidura no pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação em período posterior.

21. APOIO AO EDUCANDO

No primeiro encontro presencial, referente à Aula Inaugural, os educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, são recepcionados pela equipe gestora das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto em cerimônia onde os educandos são acolhidos e recebem informações sobre o cotidiano acadêmico, com respectivas oportunidades, desafios e responsabilidades. Posteriormente, a coordenação do curso de licenciatura em Pedagogia torna-se responsável pelo detalhamento e clarificação das informações transmitidas na cerimônia de recepção dos educandos.

O coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia informa aos educandos ingressantes sobre as características gerais do curso e as aptidões apresentadas pelos egressos, que as qualificam profissionalmente. Durante esse contato, os educandos são informados a respeito da matriz do curso e dos docentes vinculados às disciplinas, enfatizando os docentes que lecionam no primeiro período do curso.

Cada campus conta com apoio para assuntos didáticos, pedagógicos, socioeconômicos e emocionais ligados aos educandos, a partir dos serviços ofertados pela orientação educacional e, também, pela Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando (CGAE), um setor diretamente ligado ao educando, procurando oferecer-lhes o apoio necessário ao seu bem-estar.

A equipe da CGAE tem como objetivo primordial a formação de cidadãos críticos e responsáveis. Para isso, busca intervir positivamente na formação dos educandos da instituição e proporcionar-lhes ambiente e condições adequadas ao seu processo de aprendizagem. Coordenar, acompanhar, e avaliar o atendimento aos educandos, bem como orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e no cumprimento das normas disciplinares da instituição fazem parte das ações desenvolvidas pela CGAE.

Como forma de apoio financeiro, o IFSULDEMINAS oferece oportunidades aos educandos por meio da participação em processos seletivos como: bolsas nas modalidades “estágio” e “monitoria”; assistência estudantil; projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento; e projetos de extensão com bolsas.

A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS será norteada pelos seguintes princípios:

I. Oferta do ensino público, gratuito e de qualidade;
II. Garantia da qualidade dos serviços prestados ao educando;
III. Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais, esportivas e pedagógicas, visando à formação integral do educando;
IV. Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão nos cursos do IFSULDEMINAS, garantindo a equidade no atendimento aos educandos;

V. Promoção da educação inclusiva, entendida como defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação relacionadas às pessoas com deficiência, à classe social, ao gênero, à etnia/cor, à religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física/mental/intelectual;
VI. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
VII. Garantia do acesso à informação a respeito dos programas e projetos oferecidos pela Instituição.

A gratuidade do ensino compreende a proibição de cobrança de taxas e contribuições vinculadas à matrícula e primeira via de emissão de documentos de identificação escolar e comprobatórios de situação acadêmica para todos os níveis de ensino, bem como uniformes para cursos de nível técnico integrado e subsequente. A compra de apostilas e livros didático-pedagógicos pelo educando, colocados à venda por empresas terceirizadas, não pode ser condição obrigatória para acompanhamento das disciplinas e essa comercialização não pode causar prejuízos ao processo ensino-aprendizagem.

A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS é composta pelos seguintes programas: Programa de Assistência à Saúde; Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Programa de Acompanhamento do Serviço Social; Programa Auxílio Estudantil (modalidade moradia, alimentação, transporte, material didático e auxílio creche); Auxílio Participação em Eventos-EVACT; Auxílio para Visitas Técnicas; Programa Mobilidade Estudantil – Nacional e Internacional; Programa de Acompanhamento Psicológico; Programa de Acompanhamento Pedagógico; Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura; Programa de Inclusão Digital.

As ações desenvolvidas no âmbito desses programas estão explicitadas na Resolução CONSUP nº 101/2013, que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e suas formas de implementação. A Resolução CONSUP nº 012/2013, dispõe sobre o Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino. Tem por objetivos:

- Estimular a participação de educandos dos cursos Técnicos de Nível Médio e dos cursos de Graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica do IFSULDEMINAS;
- Favorecer o processo de ensino-aprendizagem e o oferecimento de atividades de reeducação escolar ao educando, com vistas à redução de repetência escolar, de evasão e de falta de motivação;
- Criar condições para a iniciação da prática da docência, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade;
- Propor formas de acompanhamento de educandos em suas dificuldades de aprendizagem;
- Utilizar métodos alternativos ao ensino da disciplina participante do programa;
- Contribuir, por meio da formação de monitores de ensino, com a formação de recursos humanos para o ensino.

Nos planos de acessibilidade, o IFSULDEMINAS prevê nos seus regulamentos:

Acessibilidade arquitetônica – condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente. A forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

21.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), Art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades". Cabe às instituições educacionais prover os recursos necessários ao desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais específicas, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional. Conforme PDI 2014-2018 do IFSULDEMINAS, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos educandos tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos.

Os *campi* contam com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), instituído pela Resolução CONSUP nº 030/2012, órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva, tendo as seguintes competências:

I. Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;

II. Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do educando, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;

III. Assegurar ao educando com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;
IV. Propiciar o envolvimento da família do educando com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
V. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular;
VI. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil;
VII. Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
VIII. Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos educandos com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade;
IX. Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias;
X. Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os educandos com necessidades especiais.

Assim, objetiva-se garantir o que determina a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), Decreto 7.611/2011, Resolução nº 04/2009 e Decreto nº 5.626/2005, as quais devem ser observadas por todos os envolvidos no processo educativo.

Os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso de Licenciatura em Pedagogia poderão ser acompanhados pelo NAPNE, com apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, que fará uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas possibilidades, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFSULDEMINAS.

22. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático a ser disponibilizado ao educando será elaborado/selecionado pelo docente responsável pela disciplina, devendo contemplar a ementa da mesma. Esse poderá constituir-se de gravações feitas pelo docente, pelas transmissões simultâneas estabelecidas entre docente e educando que poderão ser gravadas e disponibilizadas e, ainda, obrigatoriamente por material digital no formato de apostila.

Para as gravações de videoaulas os docentes contam com um estúdio profissional de gravação disponível no Centro de Educação a Distância – CEAD, no campus Muzambinho.

A apostila poderá ser elaborada mediante textos redigidos pelo docente, recortes de outras obras (até 30%), webgrafia com textos e artigos de repositórios de domínio público disponibilizados na internet, como a exemplo, os da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

23. ÓRGÃOS COLEGIADOS

23.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE

A Resolução CONSUP nº 107/2014 dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização dos mesmos. São atribuições do NDE:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Colaborar com a atualização periódica do PPC;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- Contribuir para a análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;
- Analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais.

O NDE será constituído pelo Coordenador do Curso e, pelo menos, mais 4 (quatro) docentes do curso, devendo eleger entre eles o presidente, por um período de no mínimo 3 anos.

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes que compõem o NDE deverão possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação Stricto Sensu e preferencialmente com formação acadêmica na área do curso. Soma-se que pelo menos 60% dos docentes que compõem o NDE devem ser efetivos, com atividades profissionais exercidas em regime de tempo integral.

O NDE reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente. As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. O

quórum mínimo para dar início à reunião é de 50% + 1(cinquenta por cento mais um) dos membros.

23.2. Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão vinculado ao Departamento de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, que possui função normativa, executiva e consultiva, dentro do princípio pedagógico da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; com composição, competências e funcionamento definidos nas Normas Acadêmicas.

A Resolução CONSUP nº 032/2011 dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos. O Colegiado de Curso é órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo.

A coordenação didática e a integração de estudos de cada Curso de Graduação serão efetuadas por um Colegiado. São atribuições do Colegiado do Curso:

I. estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;

II. elaborar o seu regimento interno;

III. elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;

IV. analisar, aprovar e avaliar programas, cargas horárias e plano de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular do curso, propondo alterações quando necessárias;

V. fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;

VI. fixar o turno de funcionamento do curso;

VII. fixar normas quanto à matrícula e integração do curso, respeitando o estabelecido pelo Conselho Superior;

VIII. deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;

IX. emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

X. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso;
XI. apreciar, em primeira instância, as propostas de criação, reformulação, desativação, extinção ou suspensão temporária de oferecimento de curso, habilitação ou ênfase, de acordo com as normas expedidas pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão);
XII. elaborar a demanda de novas vagas para docentes do Curso, manifestando-se sobre as formas de seleção e admissão, em consenso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);
XIII. conduzir e validar o processo de eleição de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso, observando o regimento próprio;
XIV. receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares referentes ao corpo docente ou educando do Curso;
XV. julgar solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas;
XVI. emitir parecer sobre processos de transferência interna e externa de educandos a serem admitidos ou desligados do Curso.

O Colegiado do Curso será constituído de: um presidente; dois docentes da área básica; três docentes da área profissionalizante e dois educandos. O Coordenador do Curso ocupará o cargo de Presidente do Colegiado de Curso, com mandato de 2 (dois) anos, podendo participar de mais um mandato subsequente conforme as Normas Eleitorais estabelecidas pelo Colegiado do Curso.

Os docentes representantes da área básica e da área profissional terão o mandato de 2 (dois) anos. Esses serão eleitos por seus pares. Serão eleitos também por seus pares os docentes suplentes da área básica e da área profissional. A representação educando será eleita pelo segmento, que também elegerá os suplentes, com duração do mandato de 1 (um) ano.

O Colegiado do Curso reunir-se-á, ordinariamente a cada bimestre, por convocação de iniciativa do seu Presidente ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta. Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação previsto no

parágrafo anterior poderá ser reduzido e a indicação de pauta omitida, justificando-se a medida do início da reunião.

23.3. Atuação do(a) Coordenador(a)

A atuação do(a) Coordenador(a) considera, em uma análise sistêmica e global, os seguintes aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e educandos e representatividade nos colegiados superiores.

Docente Valdirene Pereira Costa possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé (1998), Especialização em Psicopedagogia Institucional (2002) pela mesma Instituição e é Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP - área Filosofia, História e Educação (2007) e Doutoranda nesta mesma instituição e área.

Desde 2002 exerce o cargo de Docente do Ensino Superior. Durante o período de 2005 a 2008 foi Coordenadora do Curso de Pedagogia de uma instituição de ensino da rede particular e, no período de 2011 a 2014, atuou como coordenadora do curso de Programa Especial de Formação Pedagógica Docente do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho.

Desde 2011 está vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFSULDEMINAS Campus Muzambinho/MG, na qual é Servidora Pública Federal e atua como Docente em regime Integral com Dedicação exclusiva.

24. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.

Este Projeto Político-Pedagógico seguirá o regimento vigente para os cursos de graduação do IFSULDEMINAS (Normas Acadêmicas para Cursos Superiores).

25. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)

O patrimônio imobiliário do IFSULDEMINAS campus Muzambinho está constituído de glebas de terras distribuídas nos municípios de Muzambinho, Minas Gerais (183 ha) e Guaxupé, Minas Gerais (80,01 ha), perfazendo uma área total de 263,01 hectares. As áreas encontram-se ocupadas por construções civis, áreas de produção, áreas naturais e demais estruturas.

25.1 Setor Pedagógico

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho, conta com uma área de 2.245 m² destinada ao setor pedagógico, abrangendo as seguintes instalações:

- Secretaria de Registros Escolares: destinada ao cadastro, transcrição, manutenção e emissão de registros escolares dos que frequentam ou frequentaram a Escola. O ambiente de trabalho está informatizado com o software GIZ.
- Sala de reprografia: destinada à confecção de provas e apostilas, equipada com máquinas fotocopiadoras.
- Sala de docentes.
- Sala do Departamento de Desenvolvimento Educacional.
- Auditório com capacidade para 200 pessoas, destinado a fins diversos, com TV 29”, vídeo e DVD, com acesso à internet e projeto do tipo Datashow.
- Laboratórios de informática: destinados a ensino-aprendizagem, operação e utilização de softwares na área profissionalizante e com acesso à internet. Serve ainda de infraestrutura para cursos técnicos.
- Sala de multimídia com TV 29”, vídeo, DVD e projeto do tipo *Datashow*, além de contar com lousa digital.
- Sala da Coordenação de Orientação Educacional.
- Sala da Coordenação Geral de Ensino.
- Sala da Seção de Integração Escola – Comunidade - SIE-C.
- Coordenação de Cursos e Coordenação Pedagógica.

25.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho

A Instituição possui o Centro de Educação a Distância – CEAD com toda infraestrutura necessária: Sala de Coordenadores de Curso, Sala de Coordenadores de Tutoria, Sala de Armazenamento e distribuição de Material Didático, sala de apoio didático-pedagógico, sala de apoio aos docentes na postagem do material instrucional, sala de elaboração de material didático, estúdio para gravação e transmissão de aulas, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, sala de aula e reunião.

25.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho

- Sala de Coordenação do polo
- Sala de Tutoria
- Laboratório de Informática com internet banda larga
- Laboratórios específicos do Curso ou Convênios de uso pelos educandos
- Sala de aula equipada com Multimídia, tela, televisão, computador
- Sanitários por sexo e com atendimento a pessoas com necessidades especiais.
- Biblioteca
- Sala de videoconferência
- Equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para Internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual computadores ligados em rede e/ou stand alone e outros, dependendo da proposta do curso.
- Centros de documentação e informação ou midiatecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc.) para prover suporte a educandos, professores mediadores/tutores e docentes.

25.3 Biblioteca Monteiro Lobato

A área da Biblioteca "Monteiro Lobato", atualmente, corresponde a 713,3e m², sendo a área do acervo equivalente a 93 m². Possui cerca de 23.000 obras e todos os livros possuem sistema magnético de segurança. O empréstimo de livros pode ser realizado por via eletrônica - Programa GIZ e

todo o acervo cadastrado pode ser consultado via *web*, no endereço eletrônico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, campus Muzambinho, no link da Biblioteca (link: http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/index.php/estrutura/biblioteca) – Consulta de livros.

A consulta ao acervo é feita por meio de terminais específicos para busca *on-line* e todas as obras seguem o sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). Para catalogação utiliza-se a tabela AACR2. Concomitantemente ao acervo, estão disponíveis para consulta periódicos assinados pelo IFSULDEMINAS e, também, periódico doados à Instituição. A biblioteca apresenta também Sala para Estudo Individual, Sala de Estudos em Grupo, Sala de Multimídia, que oferece suporte aos docentes, educandos e funcionários para aulas, palestras e sessões de filmes técnicos e de lazer; Videoteca e Mapoteca; Sala de Leitura; Gibiteca; Núcleo de Conectividade com acesso à Internet.

Possui ainda sala de Processamento Técnico, com área de 13 m², reservada para o tratamento do material bibliográfico. Esse ambiente conta com 01 microcomputador, 01 impressora e 01 scanner. Há também uma área reservada à Reprografia de 4,5 m², com máquina de fotocópia e impressora a laser. O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda à sexta feira das 7 horas às 23 horas, e aos sábados funciona esta encontra-se aberta ao público entre 8 horas às 14 horas.

A biblioteca conta ainda com a assinatura do portal de periódicos da CAPES. O portal de periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Esse conta com um acervo de acima de 33 mil títulos com textos completos, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O portal de periódicos foi criado devido ao déficit de acesso das bibliotecas brasileiras à informação científica internacional, dentro da perspectiva de que seria demasiadamente caro atualizar o acervo a partir da compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema

superior de ensino federal. Foi desenvolvido ainda com o objetivo de reduzir os desnivelamentos regionais ao acesso dessa mesma informação no Brasil. O portal de periódicos ofertado pela CAPES é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro. É também a iniciativa do gênero com a maior capilaridade no planeta, cobrindo todo o território nacional.

O portal de periódicos atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Portanto, trata-se de uma ferramenta fundamental às atribuições da CAPES de fomento, avaliação e regulação dos cursos brasileiros técnicos, de graduação e pós-graduação.

25.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia

O Campus Muzambinho conta com dois laboratórios didáticos específicos para atender a área da Educação: Brinquedoteca e Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – projeto LIFE da CAPES.

25.4.1 Laboratório Específico: Brinquedoteca

A brinquedoteca do curso será um núcleo de apoio pedagógico ao curso de Licenciatura em Pedagogia, no qual os educandos poderão pensar, discutir, analisar, e investigar o valor do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança e, ainda, compreender que esta é livre para brincar, aprender, interagir, criar e, nesse sentido, o lúdico desenvolve um papel essencial. A brinquedoteca terá como objetivo:

- Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação;
- Formar profissionais que valorizem o lúdico;
- Desenvolver pesquisas que apontem a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação;
- Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências;
- Estimular ações lúdicas entre os educandos do curso e as crianças que frequentarem a brinquedoteca (Projeto Casa Lar);
- Oportunizar o brincar para as crianças envolvidas no Projeto “Casa Lar”.

A brinquedoteca terá como apoio pedagógico a Brinquedista, com formação pedagógica necessária para compreender o desenvolvimento da criança, curiosidade e disposição para descobrir brinquedos, jogos e brincadeiras novas, gostar e saber brincar. O papel dessa profissional é favorecer a ação do brincar, elaborar projetos coletivos com docentes e educandos a longo, médio e curto prazo sobre o trabalho metodológico, as aulas práticas, as tarefas de iniciação científica e demais atividades que garantam a missão e objetivos que se propõem alcançar com a brinquedoteca.

Nesse contexto de brinquedoteca, podemos contar com o apoio da Associação Brasileira de Brinquedotecas, uma associação filantrópica de caráter cultural e educacional, que tem como objetivos:

- Divulgar o conceito de Brinquedotecas;
- Evidenciar a importância do brincar e das atividades lúdicas na infância;
- Fornecer subsídios e orientação ara pessoas interessadas em montar Brinquedotecas;
- Promover cursos para a conscientização do valor do brinquedo no desenvolvimento infantil, para organização de Brinquedotecas, para preparação de profissionais especializados e para orientação educacional aos pais;
- Manter um banco de dados e uma biblioteca sobre brinquedos e Brinquedotecas;
- Estimular a criação de Brinquedotecas e o resgate da criatividade;
- Realizar projetos que estendam a possibilidade de brincar a todas as crianças;
- Defender o direito das crianças e uma infância saudável e digna.

A Associação Brasileira de Brinquedotecas – ABBRI oferece cursos de preparação de brinquedistas e organização de brinquedotecas e certifica a participante com o título de “Brinquedista”.

De acordo com KISHIMOTO (2001), as brinquedotecas devem propiciar situações de interação e aprendizagem bem como possibilitar o desenvolvimento da autonomia e das capacidades afetivas, cognitivas e sociais, constituindo-se um espaço onde a liberdade, a arte, a vontade, a sensibilidade, a cultura, o prazer de brincar e o respeito à criança estejam sempre presentes.

25.4.2 Laboratório Específico: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Programa LIFE da CAPES

O IFSULDEMINAS foi contemplado com a verba de R$ 200 mil para aquisição de bens e materiais permanentes, destinados à criação de Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores através do programa LIFE, da CAPES. Os laboratórios foram criados nos *campi* Inconfidentes, Machado e Muzambinho, objetivando promover a integração entre os cursos graduação/Licenciatura e a articulação com os projetos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Novos Talentos. Com a implantação das unidades, foi possível incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e o uso de tecnologia da informação e comunicação.

A estrutura do LIFE do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho encontra-se a disposição de todos os educandos matriculados nos cursos de Licenciaturas.

26. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, o educando deverá concluir com aprovação todos os componentes curriculares descritos na matriz, o Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Práticas enquanto Componentes Curriculares e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, além de apresentar a regularidade com o ENADE.

Em relação à expedição de Diplomas e Certificados, as Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS (Resolução CONSUP nº 069/2017) disciplina:

Art. 52. O IFSULDEMINAS expedirá diploma de TECNÓLOGO, LICENCIADO ou BACHAREL aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado ou de uma de suas habilitações ou modalidades, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º. A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme a data prevista no Calendário Escolar.

§ 2º. É vedada a colação de grau antes da data prevista no calendário escolar, salvo em caráter excepcional.

§ 3º. Caso o educando esteja ausente na colação de grau na data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade.

27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e nº10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Brasília, 2005

BRASIL. **Decreto nº 7.037/2009**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011, de de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial2 da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004**. Institui o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997**. Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE**. Terminalidade Específica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Parecer 67/2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE 776/97**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 02/2013.** Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Brasília, 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº28/2001**. Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Docentes, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. **Portaria MEC nº 40/2007**. Institui o e-MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. MEC/Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2007. Disponível em:

BRASIL. **Instrumento de avaliação de cursos de avaliação:** presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2017. Disponível em: <. Acesso em: 07 Mai 2018.

IFSULDEMINAS. **Resolução 069 de 2017**. Dispõe sobre alterações das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2017.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 012/2013, de 29 de abril de 2013**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2011, de 05 de agosto de 2011**. Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna. Pouso Alegre, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 041 de 08 de agosto de 2011,** que dispõe sobre a aprovação "*ad referendum"* da criação do Curso Superior de Pedagogia. Pouso Alegre/MG, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2013, de 17 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 030/2012, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 032/2011, de 05 de agosto de 2011**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos. Pouso Alegre, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 059/2015, de 01 de setembro de 2015**. Dispõe sobre a alteração no PDI 2014/2018, Alteração no percentual de ingresso de educandos no IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2015.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 071/2013, de 25 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução 037/2012 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 101/2013, de 16 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 102/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 107/2014, de 18 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Cursos de Graduação - IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2014.

IFSULDEMINAS. **Resolução nº 047/2012, de 13 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2014 – 2018**.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2001

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, Cipriano. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade**. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11-20.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 1997.

RAYMUNDO, G. M. C. **O Estágio Supervisionado**: lócus formativo para acadêmicos que atuam como professores na educação básica. Florianópolis/SC: ANPED SUL, 1996.

SILVA, R. S. da. **Gestão de EAD**: educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.